

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 226.3.53.O

DATA: 31/08/09

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Solene - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h33min

TÉRMINO: 20h42min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 226ª Sessão, em 31 de agosto de 2009

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 17 HORAS E 33 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

- Michel Temer
- Marco Maia
- Antonio Carlos Magalhães Neto
- Rafael Guerra
- Inocêncio Oliveira
- Odair Cunha
- Nelson Markezelli
- Marcelo Ortiz
- Giovanni Queiroz
- Leandro Sampaio
- Manoel Junior



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Passa-se à

IV - HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Esta sessão é transformada em sessão solene em homenagem ao transcurso do 30º aniversário de promulgação da Lei da Anistia Política e foi requerida pelos nobres Deputados Chico Alencar, Luiz Couto e Pedro Wilson.

Convido para participar da Mesa o eminente Ministro Paulo Vannuchi, representando todas as demais autoridades aqui presentes. *(Palmas.)*

Convido todos a ficarem de pé para ouvirmos o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Convido também para fazer parte da Mesa o Dr. Ophir Cavalcante Júnior, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (*palmas*), e o Dr. Carlos Moura, representante da Comissão de Justiça e Paz, da CNBB. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Meus senhores, minhas senhoras, Sr. Ministro, senhor representante da OAB, senhor representante da CNBB, ao abrir esta reunião, eu o faço com grande alegria cívica, porque, na verdade, vejo que a Câmara dos Deputados acolhe, para relembrar solenemente, um grande instante da vida brasileira. Estamos comemorando os 30 anos da Lei da Anistia, e sempre é importante rememorar fatos históricos como este, precisamente para que aquilo que ocorreu antes da Lei da Anistia não volte a ocorrer.

Nós temos, na nossa cultura política social, sempre o esquecimento. Nós nos esquecemos do que ocorreu no passado: as coisas, num dado momento, tomam um rumo, e o passado é esquecido. Ocorre, entretanto, que o passado, muitas vezes, é produtor de novos gestos no futuro — e gestos igualmente centralizadores, gestos autoritários, gestos não democráticos.

De modo que, quando aqui se comemora solenemente o transcurso dos 30 anos da Lei da Anistia, o que se está fazendo é essa relembração com os olhos voltados para o futuro, e não com os olhos voltados para o passado. Temos que homenagear este instante da vida brasileira para prevenir acidentes autoritários no futuro.

Quero apenas relembrar — os eminentes Deputados Chico Alencar, Luiz Couto e Pedro Wilson usarão da palavra para ressaltar aspectos que talvez desde já eu ressalte — que a Lei da Anistia não foi uma concessão dos ocupantes do Poder, não foi uma concessão dos poderosos, foi uma conquista do povo.

É claro que, num dado momento, quando passou a fase mais aguda do sistema antidemocrático e autoritário, começaram vários movimentos populares. Um deles redundou na Constituinte, outro redundou na Lei da Anistia. Foram



movimentos populares que levaram a essas realidades. E, curiosamente, Ministro, essa mobilização popular é que voltou a fazer renascer a democracia no nosso País.

A anistia — sabemos todos — não foi utilizada esta única vez; já na história brasileira, em vários momentos, dela se fez uso, até compativelmente com o espírito, com a índole do povo brasileiro.

O povo brasileiro é naturalmente conciliador. Não é um povo dado a ódios, a vinganças, etc. De modo que a anistia é algo que casa muito bem com a ideia da solidariedade, da fraternidade, da unidade, enfim, da democracia.

De modo que, Ministro — e quero cumprimentá-lo pela luta que V.Exa., o Ministro Tarso Genro e tantos outros fazem em prol dos pressupostos da anistia no nosso País —, quero, mais uma vez, reiterar a satisfação desta Casa, da Câmara dos Deputados, por sediar o encontro em que se comemoram os 30 anos da Lei da Anistia.

Sabem todos que, de vez em quando, se diz assim: “*A Câmara dos Deputados é a Casa do povo*”. E é mesmo. É constitucionalmente, é juridicamente a Casa do povo. E, se é Casa do povo, não poderia deixar de comemorar a grande conquista do povo brasileiro que se deu 30 anos atrás.

De modo que, ao saudá-los — vejo que aqui estão muitos populares participantes deste movimento —, ao cumprimentá-los, quero cumprimentar o povo brasileiro, volto a dizer, pela sua ideia de solidariedade, pela sua ideia de perdão, pela sua ideia de produzir algo que tem os olhos voltados para o futuro.

De modo que eu me regozijo por estar na Presidência da Câmara precisamente no transcurso dos 30 anos da Lei da Anistia, quando se comemora solenemente esta data. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para dar sequência aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, um dos autores do requerimento de realização desta sessão solene. (*Palmas.*)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Michel Temer, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes, uma vez que, sendo o Presidente da Casa do povo, torna-se, em consequência, uma pessoa do povo — e esta é uma sessão de memória e de resgate das lutas do povo brasileiro: do José, da Maria, do João, sem título, sem patente, sem nenhuma relevância honorífica —, segundo o filósofo Paul Valéry, que meu querido amigo e irmão Ministro Paulo Vannuchi conhece muito bem, *“o mundo globalizado e contemporâneo busca destruir 2 fundamentos da civilização humana: o passado e o futuro”*. A ideologia neoliberal globalitária tem uma pujança: a absolutização do presente, por consequência, o pragmatismo, os resultados, o imediato.

Daí a importância desta sessão, porque fazer memória, isto é, lembrar junto, é fundamental para atualizar as questões.

Estamos aqui em nome daqueles que, numa página infeliz e não inteiramente superada da nossa história, sofreram demais — eles e suas famílias, eles e seus amigos.

O Brasil produziu, na ditadura militar, de 1964 a 1984, nada menos do que 20 mil condenados por tribunais militares, inúmeros expulsos da sua própria terra; 4.877 cidadãos que exerciam mandatos públicos, mandatos políticos, inclusive muitos nesta Casa, tiveram cassado, pela repressão e pelo arbítrio, o seu direito de fazer política, e, segundo dados da própria Secretaria de Direitos Humanos, foram 474 os mortos e desaparecidos.



Hoje, vindo para cá, tive a oportunidade de receber do filósofo Adauto Novaes interessante publicação do ciclo de conferências que ele realiza. Lendo um trecho do querido Chico de Oliveira, também perseguido pela ditadura, lembrei-me da atualidade dessas questões. Diz o professor: *“Prometeu roubou o fogo dos deuses e deu-o aos homens. Foi então, com ele, que começou o humano, a capacidade de autofazer-se, o conhecimento, que se tornou atividade permanente de todos nós”*.

Esta é uma sessão de resgate do conhecimento.

E continua Chico de Oliveira: *“Memória, que é a matriz das ciências, é o que eu dei aos homens, alega Prometeu. A memória permite o acúmulo da experiência e é, por isso, matriz de toda a ciência”*.

Estamos aqui num resgate do fogo sagrado que nos constitui humanos.

Num outro artigo recente sobre os 30 anos da anistia, o amigo que também divido com o Ministro Paulo Vannuchi e com muitos aqui, o Frei Beto, lembra Sartre, autor de uma frase espantosa:

“A tortura não é desumana” — que não está anistiada pela lei de 30 anos atrás —, “é humana. Nenhum animal submete outro à tortura. Os animais se eliminam na cadeia predatória. Só o ser humano comete a atrocidade de fazer o semelhante conflitar-se entre a dor e os princípios que abraçou”.

De fato, só o ser humano é capaz da atrocidade de machucar o corpo de outro e até de eliminá-lo fisicamente por causa das suas convicções.

Celebrar a anistia é dizer que esse tipo de gesto, que durante um tempo terrível no País foi política de Estado, não pode ser aceito de jeito nenhum — nem



ontem, nem hoje nem amanhã — nas nossas cadeias com os ditos presos comuns. A tortura não pode permanecer, é um crime imprescritível.

Por isso estamos aqui celebrando aquilo que, como o Presidente Michel Temer lembrou, foi fruto, como toda boa lei, da luta do povo. Eu já era grandinho quando, em fevereiro de 1978, os comitês pela anistia, aquele movimento na chamada *“abertura lenta, gradual e segura”* do generalíssimo Geisel, começavam a fecundar, até culminarem, um ano e meio depois, na Lei da Anistia, que tem as suas ambiguidades, que fala de crimes conexos com a prisão arbitrária e a tortura, na verdade, política de Estado. Estado que tem o monopólio da força, que pratica o sequestro, a tortura e o desaparecimento não tem conexão alguma com a anistia, com a repactuação que a sociedade brasileira buscava.

Os problemas continuam, infelizmente. Ainda ontem, o jornal *O Globo* fez uma reportagem muito importante em que revela documento oficial do Centro de Informações do Exército de 1969, retificado por um outro órgão oficial, o II Exército, 4 dias depois, em 8 de outubro de 1969 — data que daqui a pouco faz 40 anos também.

Diz a matéria que quem conheceu Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, o Borges, sabia que esse potiguar de pouco mais de 30 anos era um homem firme, aguerrido, de luta, de convicções, mas também absolutamente humano, que queria um país melhor. Naquele tempo de privação total das liberdades democráticas, ele participou do sequestro do embaixador norte-americano, como o atual Secretário de Comunicação do Governo, Franklin Martins, e tantos outros.

Também ontem, conversava com meu particular amigo Cid Queiroz Benjamin, que participou igualmente dessa ação. E ele falou sobre o Jonas e sua coragem.



Preso e algemado pela repressão, disse o Jonas: *“Não vou falar nada”*. Teve aquela atitude rara, heroica e difícil que devemos sempre louvar, e reagiu violentamente, apesar de sua condição de preso e algemado. Foi morto a pancadas, teve a cabeça esmigalhada de tanto ser jogado contra a parede. Pois o nosso Exército, desonrando sua tradição passada, atual e futura, naquele momento terrível, produziu um documento oficial dizendo que, no momento da prisão, Jonas reagiu violentamente, vindo a falecer em consequência dos ferimentos recebidos, antes mesmo de prestar declarações.

Quatro dias depois — para que os senhores vejam como a mentira também era uma política de Estado, e democratizar é acabar com ela hoje —, foi dito, já num relatório do II Exército, que ele reagiu à bala na ocasião em que recebeu ordem de prisão e se evadiu depois, quando foi conduzido para indicar um aparelho da Aliança Libertadora Nacional. A mentira oficial era comum, era uma prática da ditadura e consolidava o regime obscurantista e de trevas.

Pois agora — e essa é uma permanência que temos de combater —, o Exército simplesmente nega a existência desses documentos oficiais; nega o nosso direito à memória e à verdade histórica.

Num jornalismo investigativo e benfeito, o que muitas vezes acontece, o jornal *O Globo* enviou 10 perguntas ao Exército sobre essa situação de 40 anos atrás, e a resposta que recebeu foi a seguinte: *“O Centro de Comunicação Social do Exército informa que não existe documento na instituição que registre a ocorrência mencionada em sua mensagem”*. Não podemos aceitar isso!

Não basta lembrar, não basta recuperar o que passou. É preciso que continuemos ativos. Por isso há tantos comitês de anistia; por isso há tanta



mobilização, como no Ceará, onde foi realizado agora o III Encontro dos Anistiados, com uma série de propostas atualíssimas e cujo documento conclusivo anexo ao meu pronunciamento; também por isso a atitude e a atividade permanente de tantos que estamos aqui.

Estamos buscando a democracia em profundidade e vamos acompanhar agora, no próximo dia 9, afinal, o julgamento, pelo Supremo Tribunal, de Cesare Battisti (*palmas*), que o Governo corretamente acolheu e que continua preso aqui na Papuda. Isso é um absurdo, além de ser antidemocrático. Ele está sofrendo punição e privação da liberdade, embora tenha sido acolhido pelo próprio Governo brasileiro.

Esta não é uma sessão de revanchismo ou vingança, mas de justiça. É uma sessão em que, solenemente, todos aqui proclamamos o nosso amor à memória, à verdade e à justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 226.3.53.O
Data: 31/08/2009

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Solene - CD
Montagem: 4171/4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 13 A 13-A)



O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra a outro autor do requerimento, o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Michel Temer, Sr. Ministro Paulo Vannuchi, Dr. Ophir Cavalcante Junior, representante do Conselho Federal da OAB, Sr. Carlos Moura, da Comissão de Justiça e Paz, Sras. e Srs. Deputados, companheiros, anistiados e anistiandos, aqueles que lutam ainda para que efetivamente não apenas uma reparação econômica seja feita, mas uma reparação política seja realizada na sua plenitude.

Esta sessão solene rememora uma conquista popular fundamental para a democracia que hoje usufruímos. No dia 28 completaram-se os 30 anos da Lei nº 6.683, de 1979, a Lei da Anistia política, sem dúvida um dos principais marcos da cidadania brasileira.

Com o distanciamento destes 30 anos, hoje é mais fácil desvelar a relevância dessa conquista. Antes de tudo, é preciso deixar claro que a anistia é resultado direto da luta de resistência de militantes e cidadãos comuns indignados com a repressão, os assassinatos, a tortura, a proibição de organização, a censura e tantas outras violações de direitos humanos que se tornaram sistemáticas desde o golpe civil-militar que depôs o Presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964.

Também contribuiu para a anistia a pressão feita do exterior, por governos democratas, principalmente europeus, e setores da sociedade civil e do mundo da cultura e da imprensa daqueles países, demonstrando a importância da solidariedade internacional nesses momentos.

Ainda hoje emocionam canções como *Apesar de Você*, de Chico Buarque, e *O bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, nascidas e inspiradas no



calor da luta política, que, somando-se ao clamor das ruas, contribuíram para derrotar a ditadura.

A luta pelo fim da ditadura teve 2 momentos chaves, ambos com o protagonismo das ruas. O primeiro foi a conquista da anistia.

Num primeiro momento, a anistia significou o retorno à pátria de opositores do regime que haviam sido banidos e exilados, a libertação de presos políticos e a suspensão e o livramento de processos arbitrários. A anistia permitiu o engajamento de muitos dos nossos melhores quadros políticos na luta política.

O segundo momento-chave foi a campanha pelas Diretas Já, luta histórica pela escolha do Presidente da República pelo voto popular. Embora a meta não tenha sido atingida naquele momento, a mobilização mudou claramente a correlação política e forçou o fim dos governos militares, com a escolha indireta da chapa Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral.

Portanto, a anistia é um episódio grandioso na história brasileira e deve ser lembrado como uma conquista, como prova da capacidade de mobilização e de luta pelos melhores valores democráticos e solidários do nosso povo.

Entretanto, o processo da anistia segue em aberto e há duas questões importantes a exigirem a reflexão nacional no marco dos 30 anos.

A primeira é quanto à extensão da anistia àqueles que, em nome do Estado, cometeram crimes contra a humanidade e contra os direitos humanos, qualificados como crimes imprescritíveis em tratados patrocinados pela Organização das Nações Unidas — ONU e Organização dos Estados Americanos — OEA, dos quais o Brasil é signatário.



Respaldados nesses instrumentos internacionais, juristas independentes avalizam a interpretação de que os torturadores e responsáveis por desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais não podem se valer da Lei da Anistia para escapar da Justiça. (*Palmas.*) Os crimes por eles cometidos são crimes comuns contra a humanidade e não crimes políticos, como foram enquadrados os militantes políticos atingidos pelos atos de exceção do regime ditatorial.

Evitar a impunidade dos que praticaram esses crimes não busca satisfazer o afã de ver esses criminosos atrás das grades. O sentido da aplicação das leis e instrumentos internacionais é dar uma demonstração de que, a exemplo do que ocorre em outros países, no Brasil tais crimes não são tolerados e não poderão jamais ser repetidos.

Mesmo dentro do Governo Federal, há divergências de interpretação. Enquanto o Ministro da Defesa e o Advogado-Geral da União entendem que os militares se beneficiam da Lei de Anistia, os Ministros da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos compartilham a interpretação sobre a imprescritibilidade da tortura e do desaparecimento forçado, propugnada pelos tratados internacionais.

Outra questão em andamento diz respeito à reparação por meio da Lei da Anistia — e suas sucedâneas — aos que foram perseguidos de várias formas pela repressão. Centenas de requerimentos de anistia com pedidos de indenização estão sendo analisados pela Comissão Especial de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça. Nos últimos meses, os processos têm tramitado com maior celeridade, em razão da intensa mobilização dos anistiados e de suas famílias, com o apoio de



entidades como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante muitos anos, os processos demoraram longos períodos para serem concluídos e segmentos políticos e da mídia, inconformados com o reconhecimento do direito dessas pessoas à anistia, fizeram acusações exaustivamente, tentando inviabilizar as reparações.

Outra pendência importante decorrente da anistia aos perseguidos pela ditadura de 1964 diz respeito ao resgate da verdade e da memória. A luta pela abertura dos arquivos secretos tem sido longa e ainda há um enorme trabalho a ser feito.

Muitos dos que detêm informações sobre o destino de presos políticos desaparecidos, entre outras informações, mantêm documentos ocultos, muitas vezes manipulando o conhecimento dos fatos, de acordo com a evolução da conjuntura, sempre no sentido de preservar os interesses e a impunidade dos que participaram das violações de direitos humanos na repressão.

Fragmentos dos episódios têm vindo à tona por meio da divulgação de depoimentos, livros e pesquisas. Em maio último, foi lançado pelo Governo Federal o Projeto Memórias Reveladas, coordenado pela Ministra Dilma Rousseff e pelo Ministro Paulo Vannuchi. Esse projeto organizou e disponibilizou tudo o que foi possível recolher até agora em matéria de documentos de valor histórico sobre aquele período cinzento.

E dizer que queimaram documentos! Basta ver a documentação que o Curió apresentou para a mídia, e tantos outros que ganham dinheiro publicando livros, contando as suas próprias versões. É sinal de que eles têm documentos e é preciso



que esses documentos cheguem ao conhecimento de toda a população brasileira, para que possamos aprender a lição: ditadura nunca mais, tortura nunca mais, desaparecimento político nunca mais! É importante o direito à verdade e à memória.
(*Palmas.*)

Mas grande parte dessa documentação não se encontra em poder do Estado, e sim em poder de particulares que deles se apoderaram. É importante que haja, por parte dessas pessoas, um gesto de dignidade, no sentido de disponibilizar essas informações para a sociedade. As novas gerações e as famílias dos que desapareceram têm o direito de saber a verdade.

Portanto, o marco dos 30 anos da Lei da Anistia é uma oportunidade para a reflexão e a mobilização da sociedade brasileira no sentido de complementar o acerto de contas com o passado e o futuro.

As tarefas estão claras: resgatar os documentos e as informações ainda não revelados; responsabilizar os que, em nome do Estado — na época, ilegítimo, pois se tratava de uma ditadura estabelecida por meio de golpe militar —, cometeram crimes imprescritíveis contra a humanidade; e, por fim, concluir o julgamento de todos os processos de reparação e indenização das vítimas da repressão.

Não podemos aceitar que essas demandas sejam rebaixadas pelas viúvas da ditadura como revanchismo. Tais reivindicações são, na verdade, a conclusão de um processo legal e necessário, pois a democracia não se faz com a omissão da Justiça.

Finalmente, este é um momento de valorizar a política como espaço de exercício da democracia. Generalizar a crítica à política e a todos os que de alguma



forma participem da luta pelo bem comum é abrir caminho para o discurso e a sanha golpista, a mesma que condenou o Brasil aos 21 anos de ditadura.

Melhorar os procedimentos da política, ampliar e aperfeiçoar os espaços da democracia participativa e dos mecanismos de representação, realizar uma reforma política que reduza os vícios que minam sua credibilidade são, em nossa opinião, os principais desafios que devemos enfrentar para consolidar a democracia brasileira no marco dos 30 anos da Lei da Anistia.

Ditadura nunca mais, censura nunca mais! Temos o direito à verdade e à memória.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Luiz Couto, o Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Alencar, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) - Concedo a palavra a outro proponente desta sessão, Deputado Pedro Wilson. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, que honra esta Casa; Sr. Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, companheiro de longa travessia; Dr. Ophir Cavalcante, representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Carlos Moura, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, meus senhores e minhas senhoras, “anistia ampla, geral e irrestrita” era o grito que ecoava em todo o Brasil e no exterior.

A anistia de 1979, há 30 anos — a luta continua —, foi fruto da luta social, política, mas não foi ampla, nem geral, nem irrestrita, porque muitos presos continuaram presos, como Perly Cipriano e outros, que foram livrados condicionalmente, e ainda outros cujos crimes eram chamados de crimes de sangue.

A luta da anistia continuou nas Diretas Já e conseguimos ampliá-la na Constituição Cidadã, de 1988, de Ulysses Guimarães. É uma longa luta que até hoje não foi totalmente cumprida. Ainda há mortos e desaparecidos, pessoas anistiadas que não foram reintegradas nas Forças Armadas, nos Ministérios, nos Estados, nos municípios. Quantos foram punidos e jamais pediram anistia porque nem souberam dela? Pessoas foram expulsas do trabalho, da universidade, do seu presente e do seu futuro.

Por isso, nesta tarde e começo de noite, em que o Brasil dá um passo para a sua independência com o pré-sal, realizamos esta sessão solene.



Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, lembro aqui que um geólogo americano, Sr. Walter Link, chegou ao Brasil e disse: *“Este País não tem petróleo”*. E assinou. Muitos governantes do Brasil engoliram isso. Mas, ouvindo as histórias de Francisco Bastos, de Monteiro Lobato e de tantos outros, insistimos que o petróleo era nosso. Hoje, o Brasil não só tem autossuficiência como caminha para mais.

Muitos anistiados já estão na luta. E convoco todos para o 3º Congresso Latino-Americano que vamos realizar aqui.

O Presidente Lula tem avançado muito, mas precisa avançar mais, Ministro Paulo Vannuchi. Sabemos do trabalho do Ministro Tarso Genro e do Presidente Paulo Abrão. Entretanto, muita gente ainda não teve seus direitos reescritos na história de cidadania deste País.

Por isso, nós ousamos clamar novamente e, creiam, muita gente ainda fala: *“Mas vocês ainda ficam falando de anistia! ara que isso? Vamos para a frente!”*

Não queremos revanchismo nem vingança; mas queremos memória, compromisso com a história, verdade. Toda a verdade da história para que este País, ao olhar para o passado, construa o melhor presente e o futuro.

Por isso, saudamos todos os homens e mulheres que lutaram contra a ditadura brasileira e latino-americana. Está-se descobrindo, cada vez mais, que havia uma conexão criminosa entre os regimes militares, e que muitos brasileiros morreram na fronteira, vítimas de traidores, delatores, como há um por aí que tem a ousadia de pedir anistia.

Então, saudamos todos os que lutaram pela democracia contra a tortura, que é um crime inafiançável, imprescritível. Quem torturou tem de ser levado às barras da Justiça, do contrário, não é democracia.



Sr. Presidente, saudamos todos os militantes pela democracia, liberdade e cidadania do Brasil de ontem, hoje, amanhã e sempre.

Saudamos todos os que lutaram por uma sociedade justa e fraterna; uma sociedade socialista e democrática.

Saudamos todas as organizações democráticas, de esquerda, revolucionárias.

Saudamos todos os comitês de anistia.

Saudamos todas as comissões de mães que procuraram filhos e parentes nas cadeias aqui de Brasília, de Goiânia, de São Paulo, do Rio de Janeiro — quem diria de onde mais?

Saudamos todos os movimentos sociais. A imprensa, que ousava denunciar a tortura e o desaparecimento de pessoas.

Saudamos os partidos políticos clandestinos e o MDB.

Saudamos as igrejas que lutaram pelo Brasil.

Saudamos estudantes, que na UBES e na UNE resistiram, nas universidades e escolas, à ditadura e à criminosa política de desaparecimento.

Saudamos operários, que nos seus sindicatos ou nas fábricas ousaram dizer “não” à ditadura.

Saudamos lavradores como Zé Porfírio, que fez a revolução de Trombas, e que pela terra morreu para defender o Brasil.

Saudamos advogados, que tiveram coragem de ir aos Tribunais Militares dizer da inocência de todos aqueles que lutavam contra a ditadura.

Saudamos o jornalista cuja pena não quebrou nem escreveu a favor da ditadura.



E ainda existe gente que tem a ousadia de dizer que a ditadura foi branda!

Saudamos médicos que não assinaram atestados de óbitos falsos, justificando e legitimando assassinatos no DOI/CODI e na OBAN; médicos honrados, como Hélio Pellegrino.

Saudamos professores que não mentiram sobre a história na Moral e Cívica, no Estudo dos Problemas Brasileiros que queriam passar para nós outra verdade.

Saudamos Deputados como Alencar Furtado, que honrou esta Casa, e mesmo avisado que seria cassado, denunciou a tortura, denunciou a ditadura e por isso pagou um preço alto. Disse Alencar Furtado, bravo Deputado do Paraná, acusando a ditadura, saudando a luta pela anistia, a luta pela liberdade e pela democracia: *“São filhos órfãos de pais vivos, talvez mortos, quem sabe; viúvas de maridos vivos, talvez mortos, quem sabe”*.

Os senhores se lembram de uma lei em que o cidadão requeria uma aposentadoria, não por ele, mas pela mulher, porque ele não tinha direito nem de se representar, estando vivo no Brasil? (*Palmas.*)

E depois dizem que essa ditadura foi branda!

Por isso, nesta tarde e começo da noite, quando encerramos o mês de agosto e vamos para setembro, para o Dia da Pátria, também quero saudar Deputados e Vereadores de longínquas cidades que, às vezes, nem foram cassados, mas foram pressionados a renunciar, a abandonar seus cargos.

Saúdo os políticos que tiveram a hombridade de lutar pela democracia e perderam seus mandatos e suas vidas, como Rubens Paiva.

Saúdo pastores, padres, bispos e freiras que se negaram a abençoar a ditadura, como muitos fizeram, com a celebração do *Te Deum* a favor dos militares.



Não usaram o nome de Cristo em vão. Não celebraram em suas igrejas a guerra, mas a paz, a justiça e o compromisso com a verdade. Lembro-me de Dom Evaristo Arns e do Pastor James Wright, que revelaram os horrores da ditadura no livro *“Brasil: Nunca Mais”*. (Palmas.)

Saudamos os que lutaram, foram presos e expulsos de sua pátria. Saudamos aqueles que foram banidos, exilados, torturados, mortos, demitidos de suas funções e os que estão desaparecidos ainda hoje, pelos quais vamos lutar para que a verdade e a história sejam resgatadas até o fim.

A luta continua. Viva a anistia do povo brasileiro, que quer justiça, memória e verdade.

Em 1979, o poeta Pedro Terra (Hamilton Pereira) escreveu:

*“Venho da Pátria dos tormentos.
Venho de um tempo de crimes.
Venho das chagas que a noite
lavrou na carne dos homens.”*

Permita-me ele que eu diga também “das mulheres”. E continua o poeta:

*“Não pedirei perdão
à corte dos meus carrascos
pelo grito de rebeldia
arrancado do meu sangue,
pelo sonho, pelas armas,
pela marcha do meu povo
contra os muros!”*



Anistia, sim. A luta continua! Anistia ampla, geral e irrestrita para o povo brasileiro!

Um abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) - Obrigado, Deputado Pedro Wilson.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

“Venho da pátria dos tormentos.

Venho de um tempo de crimes.

Venho das chagas que a Noite

lavrou na carne dos homens.

Não pedirei perdão à corte dos meus carrascos

pelo grito de rebeldia arrancado do meu sangue,

pelo sonho, pelas armas,

pela marcha de meu povo contra os muros.”

Pedro Verta. 1979

Queremos saudar todos os que aqui vieram e que acreditam na democracia, na liberdade, na verdade, na memória, na justiça e nos direitos humanos como construção de um outro mundo possível. Neste momento em que nos reunimos para comemorar, nesta sessão solene da Câmara dos Deputados, os 30 anos da Lei da Anistia, lembramos que, apesar de parcial, a Lei foi uma vitória da democracia. O povo unido, os movimentos populares, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Fórum de Mulheres Goianas pela Anistia, a ABI, a OAB, a CNBB, toda essa mobilização



contribuiu de maneira decisiva para que a Ditadura Militar, através do General João Figueiredo, sancionasse a Lei nº 6.683.

A Comissão de Direitos Humanos quer celebrar esta sessão de homenagens, para marcar a data como um dia histórico para todos nós que continuamos na luta para avançar na questão do direito à memória, à verdade e à justiça. É preciso homenagear os Comitês de Anistia de cada Estado brasileiro, o Comitê Brasileiro/CBA e o Comitê Feminino pela Anistia de Therezinha Zerbini. Homenagear igrejas, universidades e movimentos sociais de todo o Brasil. Homenagear comissões de justiça e paz de Goiás, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Homenagear Centros de Direitos Humanos e o MNDH, OAB, ABI, CNBB. Homenagear jornais alternativos, de opinião, o movimento, *Coojornal*, *Em Tempo*, *Pasquim*, *Cinco de Março*, *O Popular*, *Diário da Manhã*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *O São Paulo*.

Quando comemoramos, em todo o País, por intermédio de sessões como esta, de atos públicos e outros tipos de manifestações diversas, resgatamos a memória do Brasil, dos que lutaram, dos que tombaram. Esta semana tivemos, em Goiânia, na Assembleia Legislativa, com a participação da Universidade Federal de Goiás, a Associação dos Anistiados do Estado de Goiás, o Instituto Brasil Central, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais de Goiás — que tomaram essa iniciativa —, uma Sessão Pública para lembrar os 30 anos da Lei de Anistia. Estiveram presentes o Ministro Paulo Vannuchi; o jornalista Pinheiro Sales, que lançou seu livro *Confesso que peguei em armas*, editado pela Universidade Federal de Goiás; o jornalista Batista Custódio, uma das mais importantes testemunhas da história de Goiás no período sombrio da Ditadura



Militar, editor do jornal *Cinco de Março*, hoje *Diário da Manhã*, entre outros, que tem amplo domínio sobre o tema. Mantêm-se, ainda hoje, algumas incógnitas sobre questões de desaparecidos políticos como o ex-Deputado e líder camponês de Trombas e do Norte de Goiás José Porfírio, citado esta semana em artigo, dos mais belos, elaborado pelo Frei Beto, outra testemunha brilhante dessa página de nossa história. Lembramos ainda e sempre o estudante Honestino Guimarães, da UNE, tantos outros, nossas vezes, nossas vozes.

Pedimos licença para nominar aqui alguns dos homenageados com o Diploma do Mérito Democrático, concedido aos defensores de direitos humanos e militantes que vivenciaram aqueles anos duros da Ditadura Militar, como Cassemiro Luís de Freitas (familiares), Divino Ferreira de Souza (familiares), Durvalino de Souza (familiares), Honestino Guimarães (familiares), Ismael Silva de Jesus (familiares), James Allen Luz (familiares), Jeová de Assis (familiares), José Porfírio de Souza (familiares), Marco Antonio Batista (familiares), Ornalino Cândido (familiares), Paulo de Tarso Celestino (familiares), Ademar Pinto, João Divino Dornelles (familiares), nosso Bispo Emérito Dom Tomas Balduino, D. Fernando (familiares), Padre Pereira; a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, de Direitos Humanos, e o Ministro Tarso Genro, da Justiça, do Governo Lula. Todos atores e testemunhas dessa parte de nossa história que precisa ser lembrada.

É necessário, sim, comemorar a luta pela democracia, pelos direitos humanos, pelo resgate da memória, da verdade e da história brasileira. E rememorar, sobretudo, para as mais novas gerações, os duros tempos da Ditadura Militar, garantindo que o autoritarismo não se repetirá, combatendo-o sempre com



as armas que nos dão o estado democrático, qualquer tipo de ameaça à democracia e aos direitos fundamentais da pessoa humana. Nosso objetivo é, através do debate, manter viva na alma do povo brasileiro a concepção de que os erros cometidos no passado são experiências que não podem ser repetidas, nunca mais.

Para nós, para que a Lei da Anistia seja considerada de fato eficaz e válida, é urgente a abertura dos registros do Itamaraty, do Arquivo Nacional, dos arquivos públicos estaduais, dos arquivos “ainda blindados” da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). É fundamental também que o Ministério Público investigue os elementos “que ainda estão aí, vivos”, que cometeram crimes contra os cidadãos brasileiros que lutavam por seus ideais. Destacamos a necessidade de que a sociedade se mobilize e se comprometa a apontar os caminhos. Temos tido, no Parlamento — de Márcio Moreira Alves, de Chico Pinto, de Alencar Furtado e tantos outros que tiveram seus mandatos cassados —, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, uma luta cotidiana pela busca da memória e da verdade numa ação conjunta com a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, para localizar os “restos mortais” de militantes que perderam a vida na resistência daqueles anos, na Guerrilha do Araguaia, nas guerrilhas urbanas, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Goiás, pelo direito das famílias de enterrar seus entes queridos, militantes que os orgulharam com seus ideais. Como diria o brilhante Alencar Furtado, Deputado cassado nos anos 1970, *“são filhos órfãos de pais vivos, talvez; mortos, quem sabe? Viúvas de maridos vivos, talvez; mortos, quem sabe?”*.

Famílias aflitas, torturadas pela memória, que precisam dar aos seus entes queridos um funeral decente, digno, como será o de Bergson Gurjão Farias, em Fortaleza no Ceará. Frei Beto, esse militante da justiça e da resistência, nos cobra.



Se há perdão para os que sequestraram, prenderam, torturaram, mataram, há que ter paz para os filhos de José Porfírio, o Deputado goiano desaparecido de quem não se tem notícia. Para os familiares de Honestino Guimarães. Enfim, é preciso avançar nessa conquista que foi a vitória parcial da anistia concedida para o direito à memória e à verdade; direito à democracia e à informação às gerações vindouras, para que, relembando o passado, não se repita a história, como acontece hoje em Honduras, onde se vê que a elite não aprendeu com o passado.

Livros como *Brasil: Nunca Mais*, coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns e Pastor Jaime Wriqth, da Igreja Presbiteriana, que doaram a documentação ao AEL em 1957, e *Direito à Memória e à Verdade*, de Inês Virgínia Prado Soares e Sandra Akemi, mostram a verdadeira face da ditadura militar e mostram que, para além da memória e da verdade, ainda carecemos da justiça, sem revanchismo, para os que cometeram crimes de lesa-humanidade e ficaram impunes, enquanto os militantes da luta pela democracia pagaram com a vida, nos cárceres e no exílio, pelos seus ideais. Muitos deles eram de Goiás.

Também é importante citar arquivos que, à propósito dos eventos que acontecem por todo o País para que a data seja sempre lembrada, guardam os documentos com os registros dos chamados anos de chumbo, de 1964 a 1965, e a resistência contra a ditadura. Entre eles, queremos citar o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, um dos maiores acervos sobre esse período da história política e social do Brasil. Eles também realizaram um evento sobre a luta pela anistia que aconteceu em São Paulo, na Estação Pinacoteca, cujo valor histórico é fundamental para a memorização, por tratar-se da antiga sede do DOPS, órgão de repressão política, de tão triste



memória. Ali também aconteceu o lançamento dos Cadernos AEL *Anistia e Direitos Humanos*, organizados pelos Profs. Sérgio Silvia e Maria Lígia Quantim de Moraes. Importante registrar que o arquivo (AEL) foi criado na década de 1960 pelos Profs. Marco Aurélio Garcia (hoje assessor da Presidência da República) e Claudio Henrique de Moraes Batalha, ambos do Departamento de História daquela Universidade de Campinas. E também arquivos da Câmara dos Deputados e bibliotecas da UnB, UFG e UCG.

Outro acervo interessante sobre a Anistia é o fundo do Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual fizemos parte naqueles anos do movimento popular. São milhares de documentos sobre o sistema carcerário da época, depoimentos, biografias, históricos e cartas com informações sobre as torturas e a vida no exílio. Documentos doados pela família do legendário Luiz Carlos Prestes, que relatam sua trajetória no Brasil e o exílio em Moscou; sua luta e as campanhas pelos direitos humanos. Todo o arquivo do periódico jornal do Partido Comunista *Voz da Unidade* faz parte desse acervo.

Enfim, são muitos os arquivos, inclusive os particulares, em poder de militares que participaram de ações da repressão e que poderiam contribuir de forma decisiva para elucidar fatos ainda hoje não esclarecidos. Já convocamos, por exemplo, o Coronel Sebastião Curió, que afirmou ter em sua posse documentos sobre a Guerrilha do Araguaia e os guarda indevidamente, ao contrário dos militantes da democracia que contam e publicam sua versão. Uma revisão da lei, neste Parlamento, seria necessária. A Lei nº 6.653/79, sancionada pelo então Presidente, General João Figueiredo, anistiou todos os punidos por atos de exceção, mas excluiu os condenados por atos terroristas (os chamados “crimes de sangue”) e



beneficiou os militares acusados de práticas de tortura, de sequestros e desaparecimentos.

Por fim, são 30 Anos de Anistia Política no Brasil. O País vem se redemocratizando. É preciso admitir que o Governo Lula tem avançado nesse sentido e dado uma contribuição extraordinária na questão da justiça para as famílias. Recentemente autorizou, em audiência pública no Palácio do Itamaraty, a abertura dos arquivos para todos os interessados. Mas é preciso avançar mais, muito mais, na busca da memória e da verdade, na localização e entrega de “restos modais” das vítimas às suas famílias e punição para os crimes de lesa-humanidade.

Queremos saudar a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que realizam esta importante sessão solene para celebrar os 30 Anos da Lei da Anistia e cobrar avanços na busca pelo resgate da memória e da verdade. Só assim vamos resgatar a história da luta pela democracia. Como diria Jean Paul Sartre, a tortura não é desumana, ela é humana. O Brasil precisa revisar essa parte de sua história. Essa é uma data para ser lembrada, sempre, para que não se repita, nunca.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) - Comunico aos presentes que o poeta e militante Pedro Hamilton Terra Pereira está aqui e vai-nos brindar com um poema ao final da sessão (*palmas*), assim como a cantora brasiliense, baiana, carioca, a brasileira Renata Jambeiro, ao final, irá cantar o *Hino da Anistia*, de autoria de um mineiro e de um carioca chamados João Bosco e Aldir Blanc.

Portanto, além de discursos importantes, teremos também a arte, que é sempre libertadora e que a ditadura tratou de censurar ao máximo.



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) - Dando início à representação partidária, com a palavra o ex-Presidente do Congresso Nacional brasileiro, o Deputado Federal pelo PMDB do Ceará Mauro Benevides, nosso decano. (*Palmas.*)

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Chico Alencar, um dos autores do requerimento que originou esta sessão solene e que tem sido nesta Casa um grande defensor das causas da democracia, dos direitos humanos e de tudo aquilo que se insere no contexto de atividades de um Parlamentar criterioso e identificado com as aspirações do povo; Sr. Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e dos mais leais colaboradores do grande Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Dr. Ophir Cavalcante Júnior, representante do Conselho Federal da OAB, grande expressão do pensamento jurídico do País e propugnador das liberdades públicas; Dr. Carlos Moura, representando nesta solenidade a Comissão de Justiça e Paz da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na qual pontificaram as figuras excepcionais e extraordinárias de Dom Helder Câmara, Aloísio Lorscheider e Evaristo Arns; Sras. e Srs. Deputados; demais convidados que participam desta grande comemoração, é com muita satisfação que vimos hoje, em nome do PMDB, realçar, em sessão solene, os 30 anos da promulgação da Lei da Anistia, ocorrida a 28 de agosto de 1979.

Celebrando o marco inicial da redemocratização, somos aqui obrigados a lembrar páginas ominosas de nossa história e, então, enaltecer a luta gloriosa empreendida, sobretudo aquela que ocorreu sob a liderança histórica do MDB, 2 meses depois, com o fim do bipartidarismo, transformado no PMDB dos nossos dias.



Sabemos todos, Sr. Presidente Chico Alencar, que a luta contra o arbítrio teve início no momento exato de sua surpreendente instauração. Desde abril de 1964, a Nação brasileira lutou bravamente contra a supressão das liberdades públicas e dos direitos individuais, contra a censura, as prisões injustas, os processos iníquos e todas as outras modalidades de violação dos direitos humanos.

Ao tempo, pois, em que celebramos a união nacional, a redemocratização do País, a pacificação das forças políticas sob o pálio do pluripartidarismo e das eleições diretas, os 30 anos da Lei da Anistia servem à reiteração do repúdio à veemente negação das práticas abusivas que marcaram implacavelmente a sociedade brasileira, porque sofremos todos com os excessos levados a efeito, como cassações injustas e arbitrárias, eliminação do direito de expressão, o medo e a insegurança que rondavam cada um dos que almejavam um país livre, verdadeiramente soberano, erigido na configuração do Estado de Direito e vinculado à universalidade dos Direitos Humanos.

Se, trintenariamente, a Lei da Anistia encerrava, de maneira formal, essa fase dramática de nossa história, adotava também o condão de sinalizar o surgimento de uma nova era que se auspiciava com o retorno dos exilados, entre eles lideranças inquestionáveis, como Leonel Brizola, o conterrâneo Miguel Arraes e tantos outros líderes de projeção nacional. Voltaram ao solo pátrio e à vida política, alcançando retumbantes vitórias eleitorais. Era a Nação que se reconciliava com seu passado e se entregava a projetos futuros — mas era sobretudo a Nação vitoriosa que vivenciava, após anos de luta, seu almejado retorno à plenitude democrática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a anistia de 1979 provocou polêmicas, justamente por ter-se estendido de forma ampla, geral e irrestrita. Mesmo



essa circunstância, porém, não fez calar a sociedade brasileira. Iniciativas extraordinárias, como o movimento suprapartidário Tortura Nunca Mais, mantiveram inalterada a memória de sofrimento atroz, continuando a busca por desaparecidos políticos e pelo esclarecimento de tantos episódios que permanecem sob questionamentos. Todo esforço foi despendido para que jamais, em tempo algum, e por qualquer razão, práticas semelhantes venham a ser reeditadas entre nós.

Essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a conceituação profunda que envolve a anistia de 1979, como marco crucial do longo e doloroso processo de redemocratização brasileira. Ao mesmo tempo em que se faz necessário apagar, esquecer, perdoar, faz-se necessário lembrar, inscrever, perpetuar, para que o sofrimento de tantos não tenha sido em vão, a fim de a história cumprir sua nobilitante função.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar de mencionar o papel fundamental do antigo MDB, que, por meio das figuras inesquecíveis de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Franco Montoro, entre outros, porfiou, de forma intransigente, pela concessão da anistia e pela volta dos exilados políticos. Foram anos de atuação indormida e memorável, que redundou na sequência dos passos que consolidaram a redemocratização: a campanha das Diretas Já, a eleição de Tancredo Neves após 30 anos de regime militar e a promulgação, em 5 de outubro de 1988, da Constituição Cidadã, da qual me honro de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas do grande brasileiro Ulysses Guimarães.

Trazendo hoje a palavra do PMDB e do Líder Henrique Eduardo Alves na celebração dos 30 anos da Lei da Anistia, estamos certos de preservar, na



integralidade e na essência, os mesmos e sadios ideais que inspiravam a nossa constante pregação.

A democracia brasileira, hoje consolidada e a cada instante aperfeiçoada, será sempre a conquista de tantos patriotas que perderam a vida ou se distanciaram do nosso território, mas não perderam sua redoma de honra nos mais emocionantes registros dos nossos fastos historiográficos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e demais convidados.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Chico Alencar) - Convido o Deputado Luiz Couto para me substituir na Presidência.

Antes de chamar o próximo orador, Deputado José Genoíno, que falará pelo PT, registro a honrosa presença entre nós de João Guimarães Santana, da Associação dos Militares do Rio de Janeiro, interlocutor dos anistiados da Marinha; Paulo Roberto Manes, interlocutor dos anistiados da Aeronáutica; Adriana Machado Vieira, representando o Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí; Jéssica Martins Macêdo, representando também o Deputado; nosso amigo e lutador Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, da SEDH; Oton Pereira Neves, do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal; Joaquim Filho, da Direção da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA; Isa Soares, do Comitê de Solidariedade ao Preso Político Cesare Battisti, reitero julgamento previsto para o dia 9 próximo, no Supremo, nosso desejo é de que ele tenha o seu direito à liberdade e a vida no Brasil preservados; Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, Presidente do Instituto de Apoio aos Povos do Araguaia; Maria das Graças da Silva, Coordenadora Continental Bolivariana Página Brasil; Irani Medeiros, da Federação dos Correios e Telégrafos; Jomar Moreno, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Distrito Federal; Adelino Ribeiro Chaves, Presidente da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da PETROBRAS; Manoel Anísio Gomes, Interlocutor do Setor Civil, na luta pela anistia plena, que ainda não chegou; Percilliane Marrara, jornalista da causa operária; Santa Alves, representante da União Brasileira de Mulheres; Capitão José Wilson da Silva, Presidente da AMPLA e interlocutor dos anistiados do



Exercito; Alexandrina Cristensen, da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos e Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

O Sr. Chico Alencar, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, companheiras e companheiros, estamos numa sessão solene da Câmara.

Estou em dúvida ao me referir ao companheiro e colega, Ministro Paulo Vannuchi, com quem curtimos alguns anos nos presídios de Carandiru e Barro Branco.

Faço questão de registrar que também está comigo o Hamilton Pereira, com quem curtimos pique de Brasília, Carandiru e Barro Branco.

Esses companheiros estão lembrados aqui nesta data. Acho importante lembrar nestes 30 anos algumas pessoas, para registro da história.

Em primeiro lugar, o Movimento Feminino pela Anistia, que foi o embrião da campanha, na pessoa de Therezinha Zerbini. Em seguida, o Comitê Brasileiro pela Anistia — CBA, onde realizávamos reuniões, que teve participação de muitas pessoas, mas há uma pessoa simbólica, a Madre Cristina, que Paulo Vannuchi e eu conhecemos muito bem.

Lembro os advogados dos presos políticos. Quando conhecemos fatos — nome de torturadores, relato de torturas —, as pessoas não sabem que esses relatos saíam da cadeia por meio dos advogados e dos familiares. É importante lembrar, porque esses advogados corriam risco. São eles Airton Soares, Luis Eduardo, Eni Moreira, Regina, Carlos Simas, José Carlos Dias, Idibal Piveta, o Belizário, e vários outros, que entravam na cadeia, e por eles fazíamos passar documentos relatando torturas e torturadores.



Lembro também algumas pessoas importantes nesse processo. O MDB usou a palavra. É importante lembrar que alguns políticos do PMDB foram fundamentais quando estávamos presos. Eles corriam risco ao visitar as cadeias. Não era fama nem celebridade. Acho que quem simboliza isso é o Senador Teotônio Vilela. Quando ele entrava nos presídios e lhe pediam a credencial, dizia que estava lá em nome da República.

Lembro a figura de D. Paulo Evaristo Arns, fundamental, Goffredo, Presidente da OAB, depois Faoro, Márcio Thomaz Bastos, Caio — Paulo Vannuchi e Hamilton Pereira sabem disso, relembando essa história da OAB —, que foi o primeiro presidente a quem nos dirigimos relatando os métodos de tortura e os nomes dos torturadores. Foi ao Presidente da OAB, Dr. Caio, àquela época, antes da Lei da Anistia.

Trago essas lembranças, em primeiro lugar, para resgatar e, em segundo, para situar esses 30 anos da Lei da Anistia como um elo entre a resistência à ditadura militar e o processo de luta pela democracia. A Lei da Anistia foi esse elo, cuja continuidade foi o movimento pela Constituinte, depois do movimento pela substituição da ditadura via Colégio Eleitoral e no movimento, que foi o marco importante para a primeira eleição presidencial, em 1989.

Ao trazer essas lembranças, é importante destacar que hoje é muito fácil a grande mídia se referir àquele período da Lei da Anistia e até a fazer as cobranças devidas. Mas é bom registrar que, no final dos anos 70 e início dos 80, quando nós ex-presos políticos corríamos às redações para relatar métodos, não nos davam espaço, diziam que aquilo atropelava a distensão lenta, gradual e segura.



Eu mesmo tive um episódio com um repórter, que agora ganhou um prêmio com o filme *Corumbiara*, Vincent Carelli, e um outro, Palmério Dória, que foram à Transamazônica e se defrontaram com aquilo tudo que estava ocorrendo no Araguaia. Eles me levaram, como testemunha, ao editor de uma grande revista, para publicar a matéria. Disseram: “*Não dá. É muito pesado*”.

É claro que hoje isso dá nome, celebridade. Mas, naquela época, não. O jornal mais liberal era *O Estado de S. Paulo*, que recebia as nossas famílias, quando fazíamos greve de fome. Diziam: “*Os filhos de vocês têm que estar presos. Tortura, não. Mas têm que estar presos*”. Os outros órgãos de imprensa eram coniventes com aquele manto de repressão. É importante dizer isso aqui, principalmente para as novas gerações, porque percorríamos, andávamos, circulávamos todos esses ambientes para fazer divulgação.

Não posso deixar de relatar um episódio que vivi nesta Câmara dos Deputados, logo após a eleição de Tancredo e Sarney, no Colégio Eleitoral, quando pedi, deste microfone, a transcrição da lista dos torturadores do jornal *Em Tempo*, clandestino. Por causa daquela lista, meu mandato quase foi extinto. Foi um processo de negociação muito tensa, porque pedi no pinga-fogo. Vejam bem. No dia seguinte, toda a imprensa dizia que eu estava perturbando o processo democrático, que o Presidente tinha acabado de tomar posse e que eu já estava com uma lista denunciando métodos de torturas e torturadores.

É bom dizer isso aqui, porque existem protagonistas dessa história que lutaram, correram riscos, quando existiam; botaram a cara, quando eram ameaçados de prisão; fizeram greve de fome, quando greve de fome era para valer, como fizemos no Carandiru, na penitenciária.



É importante resgatar essa história, com o seguinte sentido: primeiro, lembrar a Lei da Anistia, porque a história tem que ser resgatada; segundo, trazer a Lei da Anistia para resgatar o direito à memória e à verdade e esse trabalho fabuloso que nós estamos fazendo aqui.

Perdemos a luta que travamos nesta Casa durante a Constituinte para que a tortura fosse considerada crime imprescritível. Não podemos deixar de lembrar a luta que realizamos neste plenário para aprovar acordos internacionais que consideram tortura crime — o Deputado Francisco Dornelles, que também era Deputado Federal, aqui está para lembrar —, a luta que travamos aqui dentro para aprovar a Lei Fernando Henrique Cardoso, que reconhecia os desaparecidos para efeito de indenização, e a luta que travamos hoje para que o direito à memória e à verdade seja princípio sagrado da democracia.

É a partir do direito à memória e à verdade que o País tem de olhar para o passado com os olhos do futuro. Precisa fazê-lo sem temer o passado, mas conhecendo a verdade. Esse processo precisa ser discutido, amplamente debatido pela sociedade, com base nos parâmetros democráticos.

Sr. Presidente, existe a possibilidade de a Presidência condescender no tempo, para que eu conceda aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado José Genoíno, o tempo está ultrapassado, e há outros oradores para falar. O Ministro Paulo Vannuchi é um deles. Nós concederemos, mais tarde, a palavra aos Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Concluo, Sr. Presidente. Esta luta é um processo ao qual temos de dar continuidade, mas não com visão pessimista ou achando que vamos resolver tudo de uma vez. Estamos caminhando nesse processo. Durante



minha militância política contribuí para ele por meio de uma militância comprometida com todos os episódios que vivemos, diante das derrotas e das vitórias, mas, principalmente, com a palavra de ordem de que a democracia é a solução para os grandes problemas.

A crise da democracia será solucionada pela democracia. A crise da política será solucionada pela política, não pela Justiça, não pela polícia, não pelo Ministério Público, nem pelas carreiras de Estado. A política soluciona a crise da política, e a democracia soluciona a crise da democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Registro a presença nesta sessão solene do sobrinho do líder estudantil Honestino Guimarães, Mateus Guimarães, Coordenador-Geral do Centro Universitário de Cultura e Arte — CUCA da UNE do Distrito Federal, e de Helena Uema, Presidenta da Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba.

O Ministro Patrus Ananias, que não pôde comparecer a esta homenagem, agradece o convite que lhe fora feito.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra à Deputada Lídice da Mata, representando o PSB.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos; Sr. Ophir Cavalcante Júnior, representante do Conselho Federal da OAB; Sr. Carlos Moura, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores convidados, pertenço a uma geração que não esteve na prisão, mas que participou, nas ruas, da luta para libertar os presos políticos, para conquistar anistia, derrubar o regime militar e fazer uma Constituinte livre e soberana.

Passados 30 anos, já não existem entre nós muitos que viveram aqueles dias em que as sombras da ditadura ainda se projetavam sobre os nossos corações e mentes e nos exigiam certo desprendimento e determinada dose de coragem pessoal para levantar nas ruas a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Eram tempos em que nomes como Miguel Arraes de Alencar, Leonel de Moura Brizola, Luís Carlos Prestes, Waldir Pires, João Amazonas e tantos outros que se destacaram na nossa história por seu compromisso com as lutas do povo estavam dela apartados pelo arbítrio e pela violência da ditadura militar, submetidos ao exílio e ao banimento.

Apenas o crescimento da luta nas ruas e da consciência cívica da sociedade brasileira foi capaz de obrigar o regime a finalmente conceder a anistia, que, pelos ditadores, foi classificada como recíproca.

Mais uma vez, como em tantas outras oportunidades na história, nossas elites recuavam e cediam seus anéis para não perder os dedos. Assim como na Abolição



da Escravatura e na República, diante da crescente pressão da opinião pública, propuseram uma anistia sem apuração dos crimes e, o que é mais grave, sem sequer revelar os jazigos clandestinos em que descansam, sem o pranto de seus familiares, muitos dos heróis resistentes, os combatentes pela liberdade.

Num dia como o de hoje não podemos deixar de reverenciar brasileiros que não foram contemplados pela anistia, pois sequestrados e assassinados brutal e covardemente pelos agentes do regime — brasileiros como Carlos Marighella, que jamais se omitiu contra os golpistas e, desde os primeiros dias do golpe, dedicou suas forças e a própria vida integralmente à luta pela liberdade e pela justiça. Na sua lembrança, reverencio o nome de centenas de brasileiros e brasileiras sequestrados, torturados, assassinados e desaparecidos.

A luta pela anistia, como muitas outras batalhas políticas deste País, teve destacada participação de mulheres. Ela se iniciou justamente por meio de mães, mulheres, irmãs, companheiras, amigas de desaparecidos, de presos políticos em todo o Brasil. Uma vez que o regime não permitia a movimentação e a organização política, os familiares se organizaram. Por isso, é indispensável registrar o nome de Therezinha Zerbini, que, no movimento feminino pela anistia, dedicou todas as forças, os seus dias e horas a essa luta; e de Iramaia Queiroz Benjamim, fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978.

Também não poderia deixar sem registro, baiana que sou, os baianos Joviniano Neto e Ana Maria Guedes, que, no comitê da Bahia, lideraram por tantas e tantas vezes a nossa manifestação nas ruas e a nossa luta cotidiana de visitaçao aos presos.



Do mesmo modo, não poderia deixar de reverenciar o Senador Teotônio Vilela e o Padre Renzo, que, ao visitarem os presídios políticos brasileiros, conseguiram deter a violência contra esses detentos e impulsionaram — e muito — a luta pela sua libertação.

Lembro também os advogados baianos, uma vez que os nacionais foram aqui citados pelo Deputado José Genoíno: Romilda Noblat, Inácio Gomes e Jayme Augusto de Guimarães Sousa.

São 30 anos, e até hoje não conhecemos toda a verdade! Essa é mais uma tragédia nacional. É nossa tradição aceitar passivamente que nos roubem a memória. Recentemente, um grande jornal usou a expressão “*ditabranda*”, para se referir à ignomínia de um regime que, a serviço dos grandes interesses econômicos internacionais e nacionais, suprimiu nossa liberdade e adotou a tortura como política de Estado e, ao se despedir da história, tentou fazer com que esquecêssemos todas as barbaridades por ele praticada.

A anistia como amnésia histórica faz com que agora muitos questionem o direito de reparação econômica que 65 mil brasileiros e brasileiras hoje pleiteiam na Justiça. Quem assim se manifesta finge não mais se lembrar do terror daqueles dias e do arbítrio que fazia com que qualquer chefe ligado ao regime pudesse interferir nos direitos e na vida de outras pessoas e destruir sua carreira profissional.

Muitos deles, Ministro Paulo Vannuchi, não tiveram a oportunidade de receber a anistia. Ana Montenegro, por exemplo, morreu sem ter o seu julgamento efetivado. É o caso do meu próprio pai, que se foi há 5 anos, sem que tivesse a oportunidade de ter o reconhecimento de sua anistia.



A anistia como amnésia histórica não repara, não faz justiça, não devolve os nossos mortos às suas famílias, não questiona a tortura. Não foi por essa anistia que lutamos. E, se naqueles dias mais duros, não nos deixamos intimidar, não será agora que o faremos!

A luta pela abertura dos arquivos secretos, a busca dos corpos dos desaparecidos e da recuperação política da imagem pública daqueles que morreram como bandidos e que, na verdade, foram lutadores pela liberdade não para, continua atual. Para a reparação econômica e profissional de muitos outros, por que agora lutamos na Câmara, com a Comissão Especial da Anistia, contamos com o apoio do Governo Lula, que tem levado adiante essa bandeira, ajudando e aprofundando essa luta e, principalmente, a democracia em nosso País.

A conquista da anistia ampliou nossas forças e a disposição de lutar pelo fim do governo militar. Hoje, confirmamos o desejo democrático do nosso povo, e o Governo do Presidente Lula avança num programa democrático de políticas públicas em nosso País. Muitos que estão neste Congresso Nacional, de diversas gerações, participaram dessa batalha por liberdade, da qual saímos vitoriosos. Não é à toa que, entre os nomes que provavelmente disputarão a Presidência da República em 2010 não se encontra nenhum que tenha estado do lado de lá, representando aquele regime que morreu.

Este é o Governo dos vitoriosos, da batalha pela liberdade em nosso País!

Portanto, ditadura, nunca mais! Senhores presentes a esta sessão em que lembramos os 30 anos da luta e da conquista da anistia: ditadura, nunca mais!

Para encerrar, quero homenagear, em meu nome e em nome dos baianos que lutaram pelo fim da ditadura e pela anistia, o companheiro Deputado Federal



Emiliano José (*palmas*), aqui presente, que bem representa essa nossa luta: preso e barbaramente torturado nos cárceres da ditadura militar, continua aqui conosco na luta pela justiça.

E, em nome do Partido Socialista Brasileiro, quero saudar os Deputados Luiz Couto e Chico Alencar, que tiveram a felicidade dessa iniciativa, e dizer que neste momento renovamos nossos compromisso com a democracia e que a luta pela verdade histórica e pelo pleno esclarecimento dos fatos continua.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Registro a presença do Deputado Ariosto Holanda, do PSB do Ceará; do Sr. Roberto Medeiros, Técnico de Edificações da ECT Amazonas, anistiado no Plano Collor; do Sr. Raimundo Lopes, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos do Sistema PETROBRAS e demais Estatais; do Sr. José Pinheiro, Diretor do Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia e também da Comissão Nacional de Anistia dos Correios; da Sra. Maria Conceição dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda; do Sr. Edinaldo Fernando, da ASANE; do Sr. Elias Campos, Presidente da ASA Centro-Oeste; do Sr. Francisco Fernandes Maia, Presidente da ACIMAR de São Paulo; do Sr. José Bezerra, da ADNAM do Rio de Janeiro, e do Sr. Sérgio Bittencourt, do Movimento de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Flávio Dino, que falará pelo Bloco/PCdoB, e convido o Deputado Pedro Wilson para assumir a presidência desta sessão.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto; eminente Deputado Pedro Wilson, que assume agora a direção dos trabalhos; Exmo. Sr. Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; colega Ophir Cavalcante Junior, que aqui representa a nossa entidade, a OAB; companheiro Carlos Moura, que representa a Comissão de Justiça e Paz da CNBB; Sras. e Srs. Deputados; companheiros e companheiras que aqui estão e que representam a sociedade civil, cumpro uma dupla representação: a do meu partido, o PCdoB, por designação do eminente Líder Daniel Almeida, e também a dos filhos da anistia.

Não sou da geração dos que lutaram e participaram diretamente da luta pela anistia — quando da promulgação da lei, eu tinha exatamente 11 anos, mas guardo a memória da volta dos exilados. Sou um filho, um herdeiro, um continuador da luta democrática e popular que se seguiu até a conquista das Diretas e da Constituinte.

Portanto, em nome da geração dos que se incorporaram à luta política nos anos 80, reconheço a imensa importância que teve a luta pela anistia para alimentar a democracia brasileira e, com isso, fazer nascer outras perspectivas que daí derivaram.

O PCdoB — e está presente também o companheiro Deputado Chico Lopes, que representa o Estado do Ceará — foi um partido duramente perseguido, assim como outras organizações que se dedicaram, naquele momento, à luta armada em nome e em defesa da democracia.



Perdemos praticamente toda a nossa direção política, seja na Guerrilha do Araguaia, seja na Chacina da Lapa. Assistimos a praticamente todo o comitê central do nosso partido ser dizimado naquela ocasião. O PCdoB, porém, manteve sua vitalidade histórica e retomou — a partir dos quadros que foram anistiados e retornaram do exílio, após o advento da Lei da Anistia e de outras que se seguiram — sua trajetória histórica de 87 anos.

Então, estou aqui em nome do PCdoB, partido que defendeu e defende a conciliação nacional, não a conciliação do silêncio, não a conciliação da convivência, não a conciliação do esquecimento pelo esquecimento, mas a conciliação assentada na legitimidade da paz verdadeira, que, como nos ensina a Campanha da Fraternidade deste ano, é fruto da justiça. Anistia, portanto, é um ato para que haja a paz daí derivada, a conciliação daí derivada, e, para isso, é preciso que haja justiça histórica.

Falo em nome dos desaparecidos do Araguaia, porque essa marca, na nossa visão, é a atualidade da luta pela anistia, uma vez que eles são os últimos a serem anistiados. Os desaparecidos que não foram localizados, aqueles que não tiveram ainda o reconhecimento jurídico dos atos de barbárie que os levaram à morte são os últimos a serem anistiados.

Por isso nosso partido — aqui presente o companheiro Zezinho, remanescente da luta do Araguaia (*palmas*) — luta hoje para que a Comissão que se dedica a localizar os corpos no Araguaia seja bem-sucedida. O ex-Deputado Aldo Arantes representa o PCdoB na Comissão e procura fazer com que haja efetividade nesse último ato de anistia. (*Palmas.*)



Finalmente, lembro também os outros perseguidos, não propriamente os do período do regime militar, mas outros perseguidos que ainda demandam a atuação do Estado — sejam aqueles sem voz e sem vez cotidianamente torturados nos cárceres e nas delegacias de polícia e para os quais a legalidade é negada, sejam os perseguidos remanescentes de uma era mais recente da nossa história, mas igualmente autoritária.

Cito o exemplo daqueles que tiveram os empregos ceifados pela longa hegemonia neoliberal nas empresas estatais e que hoje ainda dependem de atos de anistia a serem proferidos pelo Estado brasileiro. A Câmara dos Deputados tem se dedicado a que essa outra dimensão da anistia se complemente.

Lembro ainda todos aqueles que deram sua vida e tiveram como resgate histórico a aprovação da Lei da Anistia — e, neste momento de celebração do passado, há necessidade de olharmos também para o futuro.

Maranhense que sou, saúdo os que se dedicaram à luta pela anistia: os companheiros do PCdoB Eurico Fernandes, José Augusto Mochel, já falecido, e Luiz Pedro, que não mais integra as fileiras do o partido; o ex-Deputado Haroldo Saboia, um combatente pela anistia; o Juiz José Ribamar Heluy, que integrou a Comissão Brasileira Justiça e Paz; a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores Helena Heluy, uma combatente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Maranhão.

Lembra-me o Ministro Paulo Vannuchi a militante e comunista histórica Maria José Aragão, também integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia no meu Estado, que se encarregou de ali fazer reverberar, como fazemos hoje, a generosa bandeira da conciliação assentada na paz e na justiça.



São as palavras do PCdoB. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, ilustre Deputado Flávio Dino, que falou em nome do PCdoB.

Durante o discurso do Sr. Flávio Dino, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Wilson, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Mais uma vez, rememoro a figura do grande advogado Raymundo Faoro, que lutou pela retorno do *habeas corpus*, e de 3 grandes Ministros do Supremo Tribunal Federal que defenderam presos políticos, Hermes Lima, Evandro Lins e Victor Nunes Leal.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Com a palavra o ilustre Deputado do PSOL de São Paulo, Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento a Mesa em nome do Ministro Paulo Vannuchi, os lutadores sociais, os anistiados, os parentes de presos políticos desaparecidos e todos os presentes.

Considero esta uma data importante, pois são 30 anos da luta pela anistia. A anistia não foi uma dádiva dos militares, mas uma luta, uma mobilização social, uma conquista. Foi o resultado, naquele momento de correlação de forças, do que era possível se fazer.

No entanto, passados 30 anos, é inadmissível que ainda esteja nas ruas um Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo e torturador. Hoje continuam soltas pessoas que desapareciam com os presos políticos ou os matavam na cadeia, como foram mortos Manuel Fiel Filho e Wadimir Herzog.

Não houve punição para torturadores. Trinta anos depois, ainda não abrimos os arquivos da ditadura militar. Trinta anos depois, as ossadas da guerrilha do Araguaia continuam sendo perseguidas.

Todos, presos políticos e aqueles que participaram do movimento da anistia, lutamos por isso: pelo direito à verdade e à memória. Assim poderemos, passados 30 anos, chegar a esta Casa e prestar um tributo a tantos lutadores socialistas que desapareceram, morreram na tortura e foram exilados, os quais, embora não estejam mais entre nós, foram simbolicamente muito importantes para o Brasil.

Presto meu tributo a Apolônio de Carvalho, internacionalista que entendo ser, talvez, um dos maiores revolucionários do País, que lutou não apenas no Brasil, mas na Espanha e na resistência francesa, pela democratização, contra a ditadura



(*palmas*), por fundar um partido de trabalhadores. Presto meu tributo a Carlos Marighella (*palmas*), a quem se cobriu de maldição porque resistiu ao golpe militar armado.

Entendo que este momento é de reflexão. E os senhores perceberam que aqui não está a grande mídia nem todos os Líderes partidários? Este é um assunto que dói, por isso lhes digo que devemos avançar. E peço ao Ministro Paulo Vannuchi, que conheço desta tribuna e sei que tem sido um batalhador, que continue essa luta, pois não é mais possível que anistiados políticos continuem a mendigar aquilo que é seu por direito. (*Palmas.*)

Não é possível que jornalistas e articulistas continuem chamando reparação política e econômica de “bolsa ditadura”. Não é possível que jornais, que cederam suas peruas C14 para recolher presos políticos, descaradamente tachem a ditadura de “ditabranda”, porque, segundo eles, a nossa não foi tão dura quanto a dos demais países latino-americanas. Apenas quem não passou pelos cárceres da ditadura militar, pelas masmorras do DOI-CODI, pelas geladeiras do DOI-CODI do Rio de Janeiro pode falar isso. Mas quem conheceu os porões da ditadura sabe o que foram os 21 anos de regime militar: censuras, prisões, perseguições, tortura, desaparecimentos, exílio, e assim por diante.

A lembrança é importante não só porque nos faz lembrar, mas para resgatar a memória e a verdade. E temos de ser intransigentes no direito à verdade, porque isso os encosta na parede.

Hoje muito se fala em democracia. A grande imprensa brasileira, que apoiou a ditadura militar, é a campeã da defesa à democracia, mas não tem interesse em resgatar a memória real do País. Isso vai ser feito não só por nós, que participamos



da resistência à ditadura, pelos que sofreram com o regime militar, pelos seus familiares, a quem muito devemos. Faço, particularmente, uma homenagem especial às mães dos presos políticos. Elas foram tão fundamentais como as Mães da Praça de Maio, na Argentina, que desempenharam papel essencial na história daquele país.

Precisamos resgatar a memória do País, para que a juventude brasileira possa saber o que houve, quem lutou pela liberdade, quem trouxe democracia ao Brasil. Isso foi feito com muito sangue e muita luta, em nome de ideais que devem continuar a existir. Vamos e venhamos, foram os socialistas, aqueles que queriam superar o regime iníquo do capitalismo, que lutaram contra o regime militar, que lutaram pela democracia no Brasil, que estiveram à frente dessa batuta.

Essa luta continua na ordem do dia. Queremos democracia, solidariedade, igualdade social, valores que se construam numa nova sociedade. A lógica existente hoje — da competição, da concorrência, do consumismo, de uma sociedade individualista — precisa ser combatida. Isso deve ser feito em memória daqueles que tombaram, em memória daqueles que lutaram, em memória daqueles que deram a vida contra a ditadura militar, entre os quais também cito o nome de Carlos Lamarca, um grande lutador social do nosso Brasil. (*Palmas.*)

Um grande abraço a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado ao ilustre Deputado Ivan Valente, representante do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Encerrada a concessão de palavra aos Líderes e proponentes, passarei a palavra ao Ministro Paulo Vannuchi.

Mesmo ultrapassado o horário, depois passarei a palavra ao Dr. Ophir Cavalcante, que viaja ainda hoje; aos Deputados Fátima Bezerra e Chico Lopes; ao Dr. Carlos Moura e a 1 ou 2 representantes de entidades.

Peço a todos atenção ao tempo que lhes é destinado, para que não se esvazie a nossa brilhante solenidade. Desculpem-me por mencionar o problema do horário, mas queremos encerrar com a poesia de Pedro Terra e a música *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, cantada por Renata Jambeiro.

Lembro ainda que esta solenidade, como bem disseram os Deputados Flávio Dino, Chico Alencar e Luiz Couto, resgata a memória e a busca da verdade. Vamos realizar outras como ela neste espaço democrático.

Com a palavra o ilustre Ministro Paulo Vannuchi, a quem agradeço, mais uma vez, pelo trabalho e pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PAULO VANNUCHI - Obrigado, Deputado e companheiro Pedro Wilson, em nome de quem saúdo os Presidentes desta sessão, que teve a presidência democraticamente partilhada. Também saúdo o Deputado Luiz Couto; o Deputado Chico Alencar, responsável também por me capturar ao telefone e garantir minha presença, a quem muito agradeço o convite; o Deputado Michel Temer; os Deputados que me antecederam, Mauro Benevides, José Genoíno, Lídice da Mata, Flávio Dino, Ivan Valente, Chico Lopes, Fátima Bezerra, Emiliano José, Ariosto Holanda, Janete Rocha Pietá, Fernando Ferro, Devanir Ribeiro, Cândido Vaccarezza, José Guimarães; os Deputados que já se ausentaram; o Dr. Ophir



Cavalcante, representante do Conselho Federal da OAB, Dr. Carlos Moura, Presidente da Comissão Justiça e Paz, da CNBB.

Nessas saudações, quase que todos já estão contemplados. Saúdo ainda os presidentes das entidades de anistiados e anistiandos (*palmas*); os militantes dos movimentos de direitos humanos; Sr. Perly Cipriano, da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Complemento a saudação na pessoa da minha prima, Maria Cristina Vannuchi Leme; a tia Hegle e o tio Zé, pais, ela irmã de Alexandre Vannuchi Leme, trucidado em 17 de março de 1973 no DOI-CODI de São Paulo quando era comandante da unidade Carlos Alberto Brilhante Ustra, que insiste, na sua peça de defesa jurídica, no argumento de que não houve tortura, que ninguém morreu naquela repartição durante o período em que ele comandou a unidade.

É sempre muito emocionante estar aqui neste mesmo espaço, neste mesmo ambiente em que foi proferido o discurso de Márcio Moreira Alves e de tantos outros naqueles momentos épicos de 68, do primeiro ciclo de enfrentamento do regime ditatorial, que terminou em derrota com a decretação do Ato Institucional nº 5, que levou à cassação, por exemplo, de Mário Covas, entre tantos outros; neste mesmo ambiente onde houve a votação histórica do dia 22 de agosto, rachada, 206 a 201.

Recentemente, num diálogo difícil que todos sabem ter existido dentro do Governo numa reunião com o Presidente, com o Ministro Jobim, sobre o Araguaia, a busca dos corpos, a maneira de se fazer isso com transparência, com participação de familiares, para que não houvesse nenhuma dúvida, eu tive de usar certo argumento na Mesa contra a alegação de que a anistia correspondeu a um acordo político possível na institucionalidade daquele momento, há 30 anos. Eu respondi: a



proposta do MDB, o partido de oposição à época, era pela anistia ampla, geral e irrestrita. Essa posição foi derrotada e era apoiada pelos comitês de anistia, pelo movimento feminino, pelo CBA, pelo Brasil democrático e popular, pela OAB.

A posição aprovada foi a do Gen. Figueiredo, da Arena. Dois anos antes da votação, o líder Alencar Furtado, muito bem já lembrado no discurso que fez, foi cassado por pedido, decisão pessoal do Presidente Ernesto Geisel.

Sempre faço a comparação do que fica da luta pela anistia. Ela pertence ao mesmo grupo do tema do Colégio Eleitoral ou das Diretas Já. O mesmo Brasil democrático e popular perdeu a votação e a transição veio pelo Colégio. Esse fato, ninguém busca reabrir para reconsiderar, para reinterpretar, pertence à história.

Em seguida, a Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, democrática e soberana, ou Congresso Constituinte. O ponto de vista do Brasil democrático e popular era a Constituinte exclusiva, mas prevaleceu outro: ninguém questiona, pertence à história.

A anistia não pertence à história porque deixou feridas não processadas. Uma nação só segue adiante se processar, se souber trabalhar. Primeiro, ela não foi ampla, geral e irrestrita, o Perly sabe disso, ficou 10 anos preso, o último preso político saiu 14 meses depois da anistia. Segundo, quando diz *“anistiam-se os crimes com eles conexos”*, tentava-se embutir envergonhadamente a ideia de anistiar quem torturou e matou.

Os legisladores, que são os Srs. Parlamentares, sabem que não se resolve o problema da elaboração de lei com palavras enrustidas. Se quisessem fazê-lo, bastaria escrever: encontram-se igualmente anistiados todos os agentes do Estado



que eventualmente cometeram crimes na repressão aos opositores políticos. Se assim fosse, não haveria diferentes interpretações sobre o conexo.

É provável que a lei fosse rechaçada assim mesmo hoje como se fez com os argumentos utilizados em Nuremberg, em que cada um dos carrascos disse que cumpria ordem e seguia as leis da Alemanha de então. E o tribunal respondeu: “A Alemanha não tinha o direito de fazer leis como essa, a Alemanha não podia mandar 6 milhões de judeus para os fornos crematórios, exterminar comunistas, homossexuais”.

Quero saudar o Poder Legislativo pelo evento que realiza hoje, parte programática de um compromisso que eu sempre insisto aqui. Não é um compromisso que possa dividir Situação e Oposição. Ele tem de unificar a Nação brasileira porque se trata de retomar as condicionantes para que a democracia que o Brasil constrói há 20 anos seja de fato assimilada por todos.

Os crimes daquele período repercutem hoje na impunidade que nos levou à divisa da Paraíba e de Pernambuco, há duas semanas, para investigar o assassinato de Manoel Mattos. Fomos a São Carlos segunda-feira passada reinaugurar com o nome D. Helder Câmara a rua que era chamada Sérgio Paranhos Fleury. Nesse processo de rebatizar, lembrei que naquela mesma cidade, 15 dias antes, um pedreiro de 43 anos, por ter furtado um pote de margarina de um supermercado, foi levado pela vigilância privada para um quarto e acabou morto. Ele foi espancado sob tortura, numa das cidades que tem um dos maiores IDHs do Brasil, uma cidade universitária.

O Brasil tem essa violência porque não processou bem a violência histórica do genocídio indígena, não processou bem a violência histórica da escravidão. Rui



Barbosa, herói nacional, mandou queimar todos os arquivos sobre a escravidão, só que em 2009 o Brasil decidiu que não repetirá o mesmo procedimento com o regime de 1964.

Não esqueceremos e processaremos. Se nas barras dos tribunais a autoridade judiciária considerar que é o caso de absolver, todos nos curvaremos, mesmo discordando das decisões. Se o Ministro Eros Grau, no seu voto anunciado para daqui 1 mês, e seus colegas Ministros decidirem que a tortura não pode ser retomada, não tenho qualquer dúvida de que daqui a 3 anos o tema será discutido de novo no Supremo, nesta Casa, no Senado e nas ruas.

O compromisso que peço que assumam é o de que levemos adiante o programa que nos levou a São Carlos, ao Rio de Janeiro, com a OAB, onde estavam 3 ex-Presidentes da entidade para lembrar a D. Lida Monteiro, vítima fatal há 30 anos de uma bomba, um crime impune não coberto por qualquer interpretação porque foi cometido em 1980. O crime do Rio Centro é de 1981, e o Brasil não seguirá adiante com segurança democrática se não aproveitar o momento inédito de debate nacional, crescente.

Nos dias 19 e 20, no sertão da Bahia, lembraremos a morte de Carlos Lamarca, com a inauguração do primeiro cineclube naquele sertão, que levará o nome dele. Iremos à PUC de São Paulo, em 22 de setembro, homenagear 3 companheiros daquela universidade que morreram na luta, como a Universidade Federal de Minas já homenageou e como o Rio de Janeiro, no mês que vem, homenageará 22 mortos.



Iremos ao Ceará, dia 6 de outubro, para fazer o funeral de Bergson Gurjão Farias e dizer-lhe: descanse em paz na sua terra, descanse em paz se sentindo vencedor porque somos uma geração vitoriosa.

Estamos aqui de peito aberto defendendo os nossos pontos de vista enquanto os nossos inimigos de ontem se escondem nas trevas, mentem, fogem do debate, porque, política e historicamente, vence o Brasil que constrói a democracia neste momento, querendo estabelecer as suas ligações com a democracia econômica e social.

Todas as lutas dos direitos humanos se unem na exigência de processamento histórico, político, ético e também judicial, sem revanchismo, daquilo que aconteceu, direito à memória verdade para que todos saibam tudo o que ocorreu e que o torturador seja pelo menos, como na sentença da justiça de São Paulo contra Ustra, declarado judicialmente torturador, impedido de desempenhar qualquer papel como agente de Estado.

Nós adubaremos o caminho para que nossas crianças e nossos jovens, os que nos seguem nas gerações seguintes, estejam seguros de que a impunidade não terá mais lugar neste País.

Parabéns a todos os proponentes desta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Ministro Paulo Vannuchi.

Registramos o trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos: Dr. Marco Antônio Rodrigues. Dr. Belizário, Dra. Maria Eliane, Dr. Augustino, Dra. Vera e a Diva, que representam os familiares.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Concedo a palavra ao Sr. Ophir Cavalcante Junior, representante da OAB.

O SR. OPHIR CAVALCANTE JUNIOR - Sr. Presidente, Deputado Pedro Wilson, Srs. Deputados Luiz Couto e Chico Alencar, nas pessoas de V.Exas. saúdo todos os Deputados presentes; Dr. Carlos Moura, o Ministro Paulo Vannuchi já se retirou depois de uma brilhante oração, a história é uma construção solidária. Todos nós escrevemos, uns mais outros menos, a história deste País. Hoje estou aqui para trazer a palavra dos advogados brasileiros, da Ordem dos Advogados do Brasil, e fico emocionado ao ver homens e mulheres com os cabelos esbranquiçados, homens e mulheres que escreveram a história de luta e de transformação da sociedade brasileira.

Somos, sim, vitoriosos porque tivemos pessoas como os senhores que nos orgulharam e nos mostraram o caminho. É papel desta Casa, da sociedade civil brasileira resgatar a memória e a história deste País, pobre, de um povo que não zela por sua história.

É com essa perspectiva que a Ordem dos Advogados do Brasil contribuiu, mesmo tendo sido criada no Governo de Getúlio Vargas, para ser apenas um órgão de seleção de classes. Ela sempre ultrapassou essas barreiras, sempre esteve presente nas lutas democráticas do País.

Raymundo Faoro lutou pelo restabelecimento do *habeas corpus*. Inúmeros Presidentes lutaram pela democracia no País, pelas Diretas Já — *impeachment* de Collor —, redemocratização de modo geral. Esse continua sendo o papel dos advogados brasileiros, exercido de forma brava por Evandro Lins e Silva, Barbosa



Lima Sobrinho e inúmeros advogados, que tiveram oportunidade de defender a democracia do País, os presos políticos.

Esse papel da Ordem continua sendo exercido. Ela não apenas ficou na retórica. Está, na prática, defendendo a democracia do País, ao propor duas ações de descumprimento do preceito fundamental no Supremo Tribunal Federal. Uma pretende resgatar a memória e a história do País, a abertura dos arquivos da ditadura. Essa ação tramita hoje no Supremo Tribunal Federal e foi obra da nossa entidade, a Ordem dos Advogados do Brasil. Não parou aí. Recentemente, tendo uma interpretação baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da própria Constituição brasileira, ela questiona a interpretação ampliada dada à Lei da Anistia.

Há outra ação de descumprimento do preceito fundamental em trâmite no Supremo Tribunal Federal, também proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, que objetiva, ao fim e ao cabo, direcionar a Lei da Anistia para aqueles a quem ela se destinou e não para aqueles que se desviaram, não honraram a história do País: os criminosos, os torturadores, que se valendo da capa da Lei da Anistia hoje continuam a se justificar perante a sociedade.

Moralmente todos estão acabados. Precisamos resgatar cada vez mais essa história e, portanto, em nome dos advogados brasileiros, em nome do Presidente Cezar Britto, que muito contribui, vem contribuindo e contribuirá ainda mais para a história deste País, regozijamo-nos com esta homenagem e trazemos aqui o abraço da advocacia brasileira para dizer: é momento, sim, para se comemorar os 30 anos da Lei da Anistia.



Será fundamental que o Supremo Tribunal Federal nos dê o maior presente ao interpretar a Lei da Anistia à luz do seu objetivo, apenas restaurar a dignidade das pessoas cassadas, que tiveram seus empregos retirados; restaurar a dignidade, não só financeira, mas moral dessas pessoas, não devendo ser aplicada àqueles que, à margem do Estado, torturaram e mataram em nome de um Estado que, graças a Deus, conseguimos afastar da nossa história.

Esta, portanto, a saudação especial e o grande abraço da advocacia brasileira à Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado ao Dr. Ophir Cavalcante, representando a OAB nacional.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Registro a presença dos Srs. José Alípio Ribeiro, da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia, Paulo Novaes Coutinho, Daltro Jacques Dornellas, Wanderlei Rodrigues, Joaquim Aurélio, Valdivino Braga.

Faremos o seguinte encaminhamento: concederei a palavra ao Dr. Carlos Moura, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB. Depois ouviremos, pelo prazo de 3 minutos, a Deputada Fátima Bezerra, o Deputado Chico Lopes e outros representantes. Em seguida, ouviremos o poeta Pedro Terra, a cantora e fecharemos a sessão solene com uma homenagem àqueles que lutam até hoje pela anistia.

Por isso, peço uma salva de palmas ao Adelino Ribeiro, ao José Alípio, ao Jarbas Silva Marques, ao Capitão José Wilson e ao Manoel Anísio. Esses 5 vão encerrar a sessão solene logo depois de ouvirmos a cantora. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Com a palavra o Sr. Carlos Moura, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

O SR. CARLOS ALVES MOURA - Deputado Pedro Wilson, Presidente desta sessão solene, Deputados Luiz Couto e Chico Alencar, responsáveis pelo requerimento de realização desta sessão, minhas senhoras, meus senhores, começo meu pronunciamento lembrando as figuras de Dom Helder Câmara, de Dom Paulo Evaristo Arns, de Cândido Mendes de Almeida, de Padre Ernani Pinheiro e de muitos outros que lutaram em favor da anistia.

É importante refletirmos sobre esse tempo, porque ele nos joga a um passado no qual as forças democráticas e populares enfrentaram a ditadura, o Estado autoritário, rebelaram-se, disseram “não” à ditadura, foram às ruas e se imiscuíram nos cantões deste País para resistirem.

E resistiam pelos ideais mais sagrados, os ideais de terra para os camponeses, de casa para os sem-teto, de escola para todos, de equânime distribuição de renda pelo reconhecimento de todos os valores da nacionalidade trazidos pelos africanos escravizados e mantidos até hoje por nós.

É um momento de grande reflexão, porque se estamos lembrando do passado de sofrimentos neste presente é para garantirmos um futuro de plena democracia e liberdade.

Comemoram-se 30 anos da Lei da Anistia, mas comemora-se também a organização de grupos populares que enfrentaram o horror da ditadura.

Sr. Presidente, para nós, como para muitos dos presentes, que estivemos nos cárceres de Niterói, naqueles tenebrosos dias, é importante dizer que se resistimos àquela época, estamos também resistindo neste momento e resistiremos no futuro.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Dr. Carlos Moura, representante da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Passo a palavra à Deputada Fátima Bezerra, que falará pelo PT. S.Exa. dispõe de 3 minutos

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, deixo o meu abraço a todos os presentes, aos militantes, aos anistiados, à Mesa.

Na verdade, sinto-me bastante contemplada com as intervenções aqui feitas por todos os senhores, desde os autores, Deputados Pedro Wilson, Luiz Couto e Chico Alencar, como também pelas brilhantes participações dos Deputados Ivan Valente e José Genoíno e do Dr. Paulo Vannuchi.

Fiz questão de trazer a minha palavra porque os lutadores sociais estão espalhados por todos os Estados, nos mais diferentes recantos deste Brasil.

No meu Estado houve também destacada participação. O Rio Grande do Norte teve os seus heróis nessa luta. Entre eles, destaco o militante comunista Luiz Maranhão e o saudoso Djalma Maranhão, à época, Prefeito de Natal, que liderou uma equipe de homens e mulheres numa marcante gestão da história daquela cidade nas áreas da educação e cultura. Djalma nem sequer teve direito a ter direito à anistia. Ele foi arrancado da função de Prefeito, que exercia com respaldo popular, pela força bruta da ditadura militar e teve de exilar-se no Uruguai.

Djalma amava tanto o Brasil, amava tanto Natal, que não teve direito à anistia, porque morreu antes, de saudade da sua terra, Natal, e do seu povo.

Quero também, Sr. Presidente, estender a minha homenagem a outros que deram uma grande contribuição e militaram com o saudoso Prefeito Djalma Maranhão na época, como o Prof. Moacir de Góes, recentemente falecido, Mailde Ferreira, Emanuel Bezerra, também brutalmente assassinado, Luciano Almeida,



Silvério, João Bosco, Pretextato, Bento Ventura, Juliano Siqueira, Mery Medeiros e tantos outros, que, por se empenharem na luta por um país democrático, tiveram suas trajetórias de vida afetadas pelo arbítrio.

Quero me somar aos que têm reconhecido, sim, o trabalho importante que a Comissão de Anistia vem fazendo — o Dr. Paulo Vannuchi e o próprio Presidente Lula —, mas é importante renovarmos nossa cobrança para que se agilizem os processos de anistia. Alguns companheiros, inclusive no meu Estado, já se foram sem ter tido o direito à reparação econômica. É hora de cobrarmos. Este é um momento muito oportuno.

Quero me somar também aos que continuam a luta no que diz respeito ao debate da imprescritibilidade do crime de tortura, bem como para que sejam escancarados os arquivos da ditadura. O povo brasileiro tem o direito de resgatar a memória.

Finalmente, Sr. Presidente, quero parabenizar a todos que estamos aqui, porque este momento é oportuno, sim. Afinal de contas, este País não deve esquecer nunca dos horrores da ditadura, até para que sempre possamos dizer: ditadura nunca, nunca e nunca mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Deputada Fátima Bezerra.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sras. e Senhores Deputados, venho a esta tribuna fazer uma breve reflexão sobre os 30 anos da anistia em nosso País.

A Lei da Anistia foi assinada em 28 de agosto de 1979. A celebração desta importante data remete aos homens e às mulheres, aos adultos e jovens, aos



lutadores sociais, que em um intervalo de tempo sombrio de nossa história lutaram bravamente contra o arbítrio da ditadura, empenhando todos os esforços para a conquista da democracia e da liberdade.

A Lei da Anistia trouxe a possibilidade de reparação econômica daqueles que, em razão da militância política de combate à ditadura, perderam seus empregos, foram expulsos das escolas, perderam o direito de circular livremente.

A Lei da Anistia completa 30 anos. No decorrer do período ditatorial, a perseguição política colocou centenas de lutadores sociais na clandestinidade, empurrou centenas de homens e mulheres para o exílio e para a morte. Vidas tomaram para que fosse reconquistada a nossa liberdade.

O Rio Grande do Norte tem seus heróis, entre os quais sobressaem democratas exemplares como Djalma Maranhão, que, como Prefeito, liderava à época uma equipe de homens e mulheres numa gestão que marcou a história de Natal, nos campos da educação e da cultura. Entre os militantes da educação se encontravam o Prof. Moacir de Góes, recentemente falecido, bem como Mailde Ferreira, Emanuel Bezerra, Luciano Almeida, Silvério, João Bosco, Pretextato, Bento Ventura, Mery Medeiros e tantos outros que, por se empenharem na luta por um país democrático, tiveram suas trajetórias de vida afetadas pelo arbítrio.

Ainda perduram as cicatrizes físicas, emocionais e políticas dos que sofreram, dos que não puderam enterrar seus mortos, dos que tiveram suas carreiras interrompidas. Centenas deles, hoje em idade avançada e más condições de saúde, esperam que o País reconheça seu direito à indenização prevista pela Justiça. A anistia tarda e penaliza, mais uma vez, os idealistas que não hesitaram em tudo abandonar para se jogarem na luta pela liberdade.



Os crimes de tortura são imprescritíveis. À Nação brasileira cabe abrir os arquivos e expor aos brasileiros esse doloroso intervalo de nossa história. A sociedade terá a oportunidade de encarar esses fatos, mas também a chance de refletir sobre o poder ditatorial e o mal que enseja, para evitar que ressurja.

Trinta anos distanciam-nos daquele tempo. Mas 3 décadas ainda não foram suficientes para buscar compensar os danos e prejuízos que infelicitaram muitas vidas. A Lei de Anistia deveria possibilitar o encontro generoso da sociedade brasileira com as vítimas de nossa história política. Esse encontro, muitas vezes adiado, coloca os que lutaram contra a ditadura, tendo sofrido os rigores da clandestinidade, numa espera que parece infinita.

Muitos dos que tiveram a coragem de combater o arbítrio da ditadura, hoje alquebrados pelas sequelas, consequências de sua militância, se encontram em idade avançada, dependendo, para a sobrevivência, da reparação econômica prevista na Lei da Anistia.

Queremos, nesta oportunidade, solicitar à Comissão da Anistia empenho no sentido de que olhe com afeto para esses homens e essas mulheres, hoje em idade proecta e sem as condições financeiras para enfrentar os males da idade. Males esses potencializados pelas agruras que tiveram de passar para que hoje tivéssemos um país democrático e voltado para uma cidadania ativa capaz de construir uma nação generosa, justa e solidária.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Vou conceder a palavra ao Deputado Chico Lopes. Depois vai haver a apresentação do poeta Pedro Terra e da cantora Renata Jambeiro.

Eu gostaria também de prestar uma homenagem ao grande Gregório Bezerra, que resistiu bravamente, desde 1935, na luta pela democracia no Brasil. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Com a palavra, por até 3 minutos, o Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores revolucionários e simpatizantes que estão aqui, eu me sinto contemplado na palavra do Deputado Flávio Dino, que representa a Liderança do PCdoB neste momento. Venho mais à tribuna porque ontem, na Casa de José de Alencar, que fica no bairro de Messejana, em Fortaleza, na Associação 64/68, tivemos a oportunidade de participar de um almoço de confraternização entre todos nós que passamos pela tortura, que passamos pelas classes da ditadura. Em uma conversa política informal em que analisamos o Brasil, seus avanços, seus recuos, a questão da visão que o País ainda tem de não abrir os arquivos da ditadura, de não ter anistiado — é o caso do Nonato e vários militares; há ainda militar no poder que trata os militares como se ainda estivessem no regime —, da história ainda mal contada — militei junto com o Bergson e sei da alegria de mãe dele de, aos 94 anos de idade, pedir a Deus para morrer só depois de enterrar seu filho, o que vai ocorrer agora —, vimos que isso passa como um passe de mágica, mas, quando paramos para pensar, percebemos que ainda há muita coisa que precisa ser feita para que este País possa realmente falar em democracia.

O Partido dos Trabalhadores, com 30 anos de existência, chegar ao poder com um trabalhador nordestino foi um feito fantástico, mas a eleição se aproxima e as elites não dão trégua nem conseguem aceitar que um nordestino operário possa chegar ao poder e fazer uma boa administração. E agora, com esta história do pré-sal, já pautaram as eleições do próximo ano porque querem de qualquer maneira voltar ao poder. Eu acho que nós, que demos a vida dos nossos companheiros, que



demos a nossa liberdade, que sacrificamos a nossa família, não podemos deixar isso de maneira nenhuma acontecer.

Portanto, a disposição de ontem, de hoje e de amanhã deve ser a mesma, para que o País trilhe na democracia, de fato e de direito, para todo o povo brasileiro.

Eu vim aqui só para ressaltar essa questão da nossa entidade, a Associação 64/68, porque os comunistas do PCdoB se sentem contemplados com a palavra do jovem Deputado Flávio Dino, do Maranhão.

Sr. Presidente, falei de improviso, mas de dentro do coração. Eu não aceito essa história de os torturadores ficarem impunes e de termos de aceitar. Eu não aceitarei. (*Palmas.*) Ele vai para o inferno, e eu não aceito isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembrar os 30 anos da anistia no Brasil é recordar um capítulo de um passado que, na verdade, não terminou de passar. É lembrar que, em um momento de certo modo recente de nossa história, estivemos frente à frente com uma importante passagem simbólica. Na verdade, um acontecimento de várias e tão fortes simbologias, que até hoje, passadas 3 décadas, seguem marcando a nossa sociedade, ensejando novas discussões e reclamando respostas a interrogações ainda não totalmente satisfeitas.

Entre as muitas perguntas que seguem motivando debates nesses 30 anos de Anistia está justamente a que dá conta de seus fundamentos mais primordiais. Quem foi anistiado? Anistiado de quê? De quais, entre aspas, “crimes” cometidos?



Quem concedeu anistia? Com que autoridade o fez? Com que extensão? Com que consequências?

Acima de tudo, a Anistia nos ensina a dura lição de que, se ela foi necessária, é porque durante 15 anos nós, brasileiros, que tanto nos orgulhamos de ter construído com unidade um país de dimensões continentais, vivemos um doloroso processo de divisão e enfrentamento. De ruptura entre concepções, modos de ver a história, a realidade e o futuro. De uma batalha — literal, profunda e traumática — entre diferentes setores, mostrando a que nível se pode chegar em momentos como o estado de exceção que foi imposto ao País, com o desrespeito à democracia e a instalação do regime ditatorial.

Nessa “página infeliz da nossa história”, nossa sociedade sofreu com a suspensão das liberdades individuais, a revogação dos princípios constitucionais e o desrespeito a alguns dos mais essenciais direitos do ser humano. Graças à luta de muitos, hoje temos a oportunidade de conhecer a história desse difícil período, em que tantos sucumbiram no embate direto extremado contra o regime de exceção.

Muitos dos que lutaram nessa frente seguem dando sua contribuição à construção de um País mais justo, de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, de desenvolvimento social, capaz de oferecer perspectivas mais generosas para seus cidadãos. Outros não tiveram a chance de ver crescerem seus filhos e netos, vitimados que foram pelo calor do combate ou mesmo pela paranoia coletiva que, instalada com requintes de política de Estado, disseminava ondas de suspeição e ensinava que, em vez de conterrâneos, companheiros, concidadãos, deveríamos nos ver, uns ao outros, como perigosos “subversivos” em potencial.



Mesmo sendo acusados de crimes por demais discutíveis, muitos foram os que cumpriram suas penas — arbitrariamente estabelecidas — longe do seu país. Viram-se obrigados, por variados motivos, a partir para temporadas de “omissão um tanto forçada”, em outros países sul-americanos, norte-americanos, europeus. Muitos se desgarraram de suas famílias, só voltando a encontrar seus entes queridos mais de década depois. Vários tentaram — uns com mais sucesso, outros sem tanto êxito — reconstruir suas vidas em outros cenários. Outros contextos culturais e sociais que, entre tantos desafios, trouxeram aqueles que a música popular cuidou de registrar e que se resumem, mas não se limitam, à palavra “saudade”, tão cara à nossa língua portuguesa, tão difícil de explicar em sua plenitude quanto a tarefa de definir a dor de quem a sente.

Os 30 anos da anistia nos ensinam que, por mais difícil e dolorosa que venha a ser essa empreitada, precisamos, sim, olhar para todas as cores desse passado. Precisamos discutir mais esse tema com a sociedade em geral, especialmente com os mais jovens, para quem esse momento talvez esteja sendo precocemente visto como uma página amarelada em um velho álbum de retratos. Precisamos seguir aprofundando o debate sobre a própria anistia, suas causas e suas consequências, seu contexto e suas lições. Devemos ali buscar ensinamentos tanto para evitar que a história se repita, em seus capítulos menos dignificantes, mas também para ajudar a escrever melhores páginas para as gerações atuais e as que virão.

Não é uma tarefa fácil. Inclui remexer em um passado de dores, traumas, fatos e versões. Trabalho complicado, em um país tristemente famoso por uma suposta “desmemória nacional”. Compromisso delicado justamente por exigir a superação de históricas rivalidades, lançando-nos o desafio de buscar a justiça sem



revanchismo, mas também de não deixar que se apaguem como traços na areia os verdadeiros crimes contra a humanidade cometidos em nome do Estado, no Brasil daqueles tempos.

É exatamente contra essa sensação de resignação, de incapacidade e de desalento que precisamos nos voltar, caso desejemos, de fato, exercer em plenitude a anistia que se tornou necessária naquele ano de 1979, nem tão distante quanto pode a alguns parecer. Essa seria a melhor forma de homenagear a todos os que lutaram pela anistia e pela redemocratização do Brasil. Para quem sentiu na pele o que foi a longa noite que se estendeu por nosso País, certamente vale a pena esse esforço a mais para que, no futuro, nos orgulhemos na plenitude de um devido despertar.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Vou chamar agora o poeta Pedro Terra para homenagear todos aqueles que lutaram contra a tortura.

O símbolo dessa resistência, sem dúvida, foi Frei Tito, que chegou ao suicídio, dada a tortura tão profunda.

Peço uma salva de palmas à memória de Frei Tito.

(A Casa presta a homenagem solicitada.)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Com a palavra o grande poeta Pedro Terra, Hamilton Pereira da Silva, que honra a poesia, a sensibilidade brasileira.

O SR. PEDRO TIERRA - Sr. Presidente, companheiro Deputado Pedro Wilson, Carlos Moura, Luiz Couto, Chico, que está aqui, de pé, atento a uma palavra frágil da cultura de resistência, Ivan, companheiras e companheiros, em primeiro lugar, quero dizer-lhes que o livro *Poemas do Povo da Noite* acaba de ser reeditado. Ele foi escrito ao longo dos 5 anos, entre 1972 e 1977, quando eu cumpria a pena a que fui condenado. Esse livro é um registro que agora está sendo publicado por ocasião dos 30 anos da Campanha pela Anistia.

Início esta breve intervenção chamando a atenção para uma frase da introdução do livro, que diz: Os períodos de opressão geram, inevitavelmente, uma literatura de resistência. A toda tirania corresponde a vontade insurreta que lhe dará combate. Assim somos nós, os humanos, condenados à liberdade.

Há um outro registro necessário, fundamental num momento como este, que retiro das palavras de um advogado, militante dos direitos humanos, a meu ver, uma contribuição inestimável para o processo que vivemos — porque é o processo que está em curso; ele não se concluiu. A anistia não está concluída.

Diz ele:

“A tortura é um crime hediondo, não é ato político nem contingência histórica e afeta toda a humanidade, na medida em que a condição humana é violentada na pessoa submetida a esse crime. Quando alguém é torturado, somos todos atingidos duplamente: em nossa humanidade e em nossa cidadania. A prática da tortura é



inaceitável e seus executores deverão ser punidos a qualquer tempo”. Marco Antônio Barbosa. (Palmas.)

Por fim, trago a este Plenário o poema *Marcha*, escrito durante a campanha de 1979, que foi recitado nos atos públicos daquele ano em diferentes lugares do Brasil — era um tempo em que a cultura estava na praça pública, era mais coração e menos mercado — e se fundiu, de maneira inseparável, ao conjunto da resistência do povo brasileiro à opressão. Aqui serão mencionados nomes, evidentemente não todos, daqueles que, sendo o nome de criaturas, de homens e mulheres reais, são homens e mulheres símbolos da resistência do povo brasileiro.

Venho da pátria dos tormentos.

Venho de um tempo de crimes.

Venho das chagas que a noite

lavrou na carne dos homens.

Não pedirei perdão

à corte dos meus carrascos

pelo grito de rebeldia

arrancado do meu sangue,

pelo sonho,

pelo sonho,

pelas armas,

pela marcha do meu povo

contra os muros!



*Como se desata o cereal da terra,
levanto meu corpo de trigo
do corpo estendido de Orocílio Martins
sementeira de fúrias e esperanças —,
sangrando nas ruas rebeladas de Minas.*

*Liberto meu canto de pássaro
da voz impossível dos mortos:
luz acesa no porão da treva,
memória enterrada do povo.*

*E canto pela boca destroçada
do Comandante Carlos Marighella
dez séculos depois do silêncio;
pela garganta emudecida de Mário Alves,
grito eterno que anda;
pelos olhos vazados de Bacuri,
estrelas sangrando na memória;*

*pelas cabeças cortadas
no vale do Araguaia,
terra de rebelião;*

pelo peito metralhado



*do Capitão Carlos Lamarca,
granito de sonho enterrado
entre as pedras do sertão;*

*pelo corpo mutilado
de Manoel Raimundo Soares,
nas águas do Rio Guaíba,
sangue dos ventos do sul;*

*pelas mãos atadas de Alexandre,
arados de terra livre;
pelo sangue derramado
de Aurora Maria do Nascimento,
promessa de amanhecer.*

*E me faço boca
de todas as bocas
assassinadas,
canto de todos os cantos
aprisionados,
sonho de todos os sonhos
submergidos
pela mão armada
dos carrascos do meu povo.*



Hoje, o Poder se absolve dos seus crimes.

Mantém à sombra dos seus muros

os açoites e as vergastas.

Recolhe sob a manga verde-oliva

as mãos ensanguentadas dos verdugos

e espera...

E as mães aflitas do povo

tecem nos cegos teares da dor

um espesso tecido de agulhas infinitas:

quem responderá pela morte

dos meus filhos?

Quem responderá pelos torturados

até a loucura?

Quem assassinou a esperança

de Frei Tito?

Quem prestará contas ao meu coração

pelo destino dos devorados?



*Pelas vidas, pelos sonhos
que a Noite transformou em cruzes?*

*Hoje, o Poder se absolve dos seus crimes.
Recolhe sob a manga verde-oliva
as mãos ensanguentadas dos verdugos
e espera...*

*Do ventre fecundo
das filhas do povo,
das cinzas dos ranchos,
da terra queimada,
das marchas, das greves,
das ruas feridas
nascerão seus julgadores!*

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Vamos ouvir Renata Jambeiro, que vai interpretar *O Bêbado e a Equilibrista*, composição de João Bosco e Aldir Blanc, na memória dos 3 irmãos: Henfil, músico, jornalista e chargista; Mário e Betinho, Herbert José de Sousa, grande lutador. Uma salva de palmas para essa lembrança.

(Palmas.)

(Apresentação da cantora Renata Jambeiro.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Muito obrigado a Renata Jambeiro pela grande apresentação. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Lembrando-me da Universidade de Brasília, lembro-me do Deputado Paes Landim, que também é da UnB, e do sempre e grande símbolo da luta contra a ditadura, Honestino Monteiro Guimarães, desaparecido político, liderança persistente cuja história temos de resgatar.
(Palmas.)

Convido os Srs. Adelino e José para tomarem assento à Mesa desta sessão de homenagem aos 30 anos da Lei da Anistia no Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Antes de encerrar esta homenagem, com a palavra o ilustre Deputado Paes Landim. É uma honra tê-lo aqui presente.

O SR. PAES LANDIM (PTB-PI.) - Sr. Presidente, Deputado Pedro Wilson, autor do requerimento de realização desta sessão solene de homenagem aos 30 anos da Lei da Anistia e que, como professor e Reitor da Universidade Católica de Goiás, sempre foi um grande combatente da causa dos direitos humanos. Aliás, Deputado Pedro Wilson, a Universidade Católica de Goiás foi um centro de resistência e de crítica ao regime autoritário. Assim, neste momento, não poderia deixar de prestar uma homenagem à figura de um ilustre conterrâneo meu, o Padre Pereira, que também foi Reitor da Universidade Católica de Goiás. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - O Padre Pereira, piauiense de Floriano, atualmente se encontra hospitalizado. Em Goiânia, ao lado de D. Fernando, foi um grande lutador, assim como outros que são exemplos na história.

O SR. PAES LANDIM - Exatamente, Sr. Presidente. Presto esta homenagem ao Padre Pereira, que simbolizou muito bem a luta da Universidade Católica de Goiás, muito bem identificada por V.Exa.

Sr. Presidente, ouvi atentamente os pronunciamentos desta tarde, todos carregados com muita emoção e impregnados do senso de reparação dos erros e iniquidades cometidas no regime militar. Quero aproveitar esta sessão solene para me pronunciar sobre o assunto porque, de certa maneira, acompanhei indiretamente, em 1979, todo o processo de discussão e, sobretudo, de elaboração da Lei da Anistia.

Como escreveu nas suas *Memórias* o Prof. Miguel Reale, naquele contexto histórico, o então Ministro da Justiça o saudoso conterrâneo Petrônio Portella fez o



possível. Sagaz como era, conhecedor das possíveis reações de segmentos do regime autoritário, sempre declarou que iria fazer o que fosse possível. Na discussão da Lei da Anistia, dizia Petrônio: a própria sociedade vai se encarregar, no decorrer dos tempos, de dar a ela a amplitude devida. E é exatamente o que está acontecendo. Naquele momento, Petrônio Portella elaborava a Lei da Anistia possível, uma vez que a própria sociedade, assim mencionava Miguel Reale, se encarregaria de dar a ela a amplitude que hoje a sociedade vem imprimindo nas suas várias interpretações.

Foi decisivo o papel de Petrônio Portella naquele momento de radicalização política no País, ele que havia colaborado para a extinção do malsinado Ato Institucional nº 5, o que ocorreu, no fundo, graças a uma emenda redigida por Petrônio. O Ato Institucional nº 5 foi extinto a partir de 1º de janeiro de 1979, antes da posse do Presidente Figueiredo. Quando a radicalização ideológica, a exacerbação dos 2 lados era ainda muito forte, Petrônio Portella encontrou muita resistência na elaboração de uma lei que, embora não fosse ideal, era a possível. Com 5 meses à frente do Ministério da Justiça, Petrônio Portella conseguiu que o Presidente Figueiredo anunciasse a anistia ao País.

É importante assinalar que ela permitiu a volta ao País de eminentes líderes políticos injustamente cassados e excluídos da vida pública, como o Dr. Leonel Brizola, aqui citado, o Prof. Darcy Ribeiro e várias outras personalidades — seria preciso citar um sem número de pessoas que, em razão da Lei de Anistia, em 1979, retornaram ao Brasil. Era esse o clima de abertura democrática.

Concedo um aparte ao Deputado Rodrigo Rollemberg.



O Sr. Rodrigo Rollemberg - Deputado Landim, cumprimento V.Exa. por seu pronunciamento, cumprimento o Deputado Pedro Wilson, um grande lutador pela democracia e pelos direitos humanos nesta Casa, cumprimento os componentes da Mesa e também a Câmara dos Deputados por estar realizando esta sessão. Não poderia deixar de assinalar, em meu nome e no da bancada do PSB, a importância da Lei da Anistia para a pacificação do País e como ponto de partida para a reconquista da democracia. É indispensável ressaltar que estamos vivendo o mais longo período democrático de nossa história. É claro que ainda precisamos aprofundar mais a democracia no País, que precisamos prover qualidade de vida e dignidade a todos os brasileiros, mas o fato é que, no momento da anistia, tivemos um ponto de partida para a reconquista das liberdades e para o reencontro do País com seu destino democrático. Hoje, ao assinarem os 4 projetos de lei relativos à exploração do pré-sal, tanto o Presidente Lula quanto a Ministra Dilma Rousseff fizeram questão de destacar que uma das características que diferencia o nosso País de outros grandes produtores de petróleo é a nossa estabilidade institucional, jurídica e política, ou seja, o País vive em plena democracia. Portanto, quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante pronunciamento, agradecendo a benevolência de nosso Presidente.

O SR. PAES LANDIM - Incorporo a meu discurso o aparte desse jovem e vibrante representante do Distrito Federal, o Deputado Rodrigo Rollemberg, desde a universidade combatente das causas dos direitos humanos.

Disse S.Exa., com muita propriedade, que a anistia, de certa maneira, não foi a ideal na época, em 1979, mas possibilitou que o Brasil, depois de muita luta,



conseguisse chegar à plenitude democrática sob a qual vivemos nos dias de hoje, e esperamos ver consolidada para sempre.

Fiz questão de falar nesta oportunidade para não deixar de fazer justiça a um homem que, num contexto histórico difícil, polêmico e controvertido, teve a inspiração de lutar pela anistia, mas antes disso, mediante diálogo com a sociedade civil, criou mecanismos para a abertura democrática, para a transição democrática. A chamada Missão Petrônio Portella levou-o a conversar com figuras do nível do próprio Presidente Lula, à época líder sindical, de Raimundo Faoro, Presidente da OAB, e de Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira de Imprensa. E foi exatamente aquele o primeiro momento em que houve uma efetiva vontade do Governo brasileiro, atendendo aos anseios da sociedade de fazer o Brasil retornar ao leito democrático. Não atendeu ele a todos os seus anseios, mas a parte deles, fazendo com que chegássemos hoje a uma sessão deste nível.

Exigia-se maior amplitude na abertura democrática, exigia-se até a punição daqueles que tinham cometido crimes no período do regime autoritário. A democracia plena de hoje resultou de um longo e doloroso processo que teve seu auge com a Lei da Anistia de 1979.

Houve, é verdade, retrocessos, como no Caso Riocentro, mas como disse o Presidente Geisel nas suas *Memórias*, ao comentar o triste episódio, “o Petrônio Portella não estava mais vivo”. Ou seja, faltou sua habilidade e autoridade política para evitar a absurdidade de gestos daquela natureza — uma provocação à linha de abertura política que se consolidava com a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia.



Portanto, ao parabenizar o Deputado Pedro Wilson pela sua iniciativa, quero também homenageá-lo pela sua luta em favor dos direitos humanos, encarnada na Universidade Católica de Goiás, seguindo as pegadas do bravo piauiense Padre Pereira.

Não poderia igualmente deixar de dizer que a presença de Petrônio Portella no Ministério da Justiça naquele contexto histórico em que vivia o País foi um passo decisivo para a transição política pacífica do regime de 1964 para a conveniência democrática de nossos dias hoje.

Nesse sentido, parabenizo todos os que contribuíram para o êxito desta sessão solene. Efetivamente, a democracia brasileira se fez com gestos dessa natureza, como a Lei da Anistia. Naquele momento, não foi o ideal, mas foi o possível.

O Brasil caminha para estabelecer uma democracia que atenda aos anseios democráticos da sociedade nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Paes Landim.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Passamos a palavra ao Sr. Adelino Ribeiro Chaves, Presidente da ASTAPE do Rio de Janeiro. S.Sa. dispõe de 3 minutos. Peço desculpas pelo avançado da hora.

Gostaria também de pedir uma salva de palmas para Marisa e, em nome dela, aos assessores da Comissão de Direitos Humanos, que têm batalhado bastante para ajudar a fazer a ligação da Comissão com a sociedade. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Jarbas para sentar-se à mesa, assim como o Capitão José Wilson. *(Palmas.)*

O SR. ADELINO RIBEIRO CHAVES - Sr. Presidente, senhor representante da CNBB, demais Deputados presentes, primeiramente, quero parabenizar os Deputados Pedro Wilson, Chico Alencar e Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, por terem feito que chegássemos ao plenário da Câmara para comemorar os 30 anos da Lei da Anistia. Poderia dizer aos companheiros e ao Sr. Presidente da Mesa que eu já estaria contemplado com as palavras dos Deputados e com as do companheiro que compôs a canção da anistia e com a voz da companheira que a cantou. A própria companheira se sensibilizou com a data de hoje, mostrando que a Lei da Anistia realmente foi uma necessidade para os companheiros mortos, torturados e perseguidos.

Sr. Presidente, como V.Exa. disse no seu discurso, até agora a anistia não chegou a sua conclusão. Por isso, estamos neste plenário, a maioria são companheiros anistiados, dirigentes de entidades de anistia.

Sr. Presidente, não é possível estarmos sempre nos corredores da Câmara Federal, em reuniões com o Presidente da Comissão de Anistia, Sr. Paulo Abraão, mostrando que ele está incorreto na sua qualificação da Lei da Anistia!



Hoje vários companheiros, pretendentes dos seus requerimentos para serem anistiados, não têm o respaldo da Comissão de Anistia, que ficou de solucionar o problema deles. Infelizmente, nós, que estamos acompanhando esses companheiros que necessitam ser anistiados, ainda não conseguimos nosso intento. Mas todos os dirigentes de sindicatos, de associações, os expurgados deste País, na sua maioria, realmente já estão anistiados.

Sr. Presidente, os companheiros que acompanharam os dirigentes nos palanques nas fábricas, nas ruas e pediam, como militantes do movimento sindical, que entrassem em greve e fizessem piquetes, não são reconhecidos como companheiros que merecem ser anistiados.

Ora, Sr. Presidente, se a liderança para fazer uma greve necessita da militância deles, essa militância faz com que todas as reivindicações estejam na pauta da luta. Acho que eles têm todos os direitos, da mesma forma que os dirigentes e as lideranças sindicais tiveram.

Faço, então, um apelo aos Deputados que ainda acreditam na luta dos anistiados para que ajudem os que estão presentes a reivindicar seus direitos.

Por isso, há aqui companheiros da PETROBRAS — somos dirigentes da Federação Nacional dos Aposentados e Anistiados da PETROBRAS e das associações de aposentados e anistiados da PETROBRAS —, companheiros militares, companheiros da greve de 1983, cujas situações de muitos ainda não foram resolvidas, companheiros inclusive da CONAPE, que também não tiveram suas situações resolvidas; companheiros anistiados pela Lei nº 6.683 e que até hoje não foram julgados e analisados pela Comissão da Anistia.



Sr. Presidente, deixo aqui meu pedido para que esses companheiros que lutam pela anistia sejam realmente analisados e olhados por esses Deputados que nos acompanham na data de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Muito obrigado ao Sr. Adelino Ribeiro Chaves, Presidente da ASTAPE — Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da PETROBRAS.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Manoel Anísio, interlocutor dos Anistiados Civis.

Passo a palavra, pelo prazo de 3 minutos, ao Sr. José Alípio Ribeiro, do Rio de Janeiro, Presidente da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia — UMNA.

O SR. JOSÉ ALÍPIO RIBEIRO - Inicialmente, saudamos os companheiros interlocutores militares das 3 Forças: o companheiro e camarada Paulo Manes, da Aeronáutica; o companheiro que está na Mesa, Capitão Wilson, do Exército; e o companheiro João Guimarães, da Marinha.

Agradecemos ao Presidente Deputado Michel Temer, que ocupou a Presidência dos trabalhos no início desta solenidade. Queremos agradecer especialmente aos Deputados Chico Alencar, Luiz Couto e ao Presidente que está encerrando os trabalhos, Deputado Pedro Wilson, por serem os idealizadores deste encontro e também pela oportunidade de estarmos aqui presentes e fazermos uso da palavra.

Era nosso pensamento tornar público, por intermédio desta Casa, um documento, o que não conseguimos fazer durante a audiência pública realizada no dia 17 de junho, porque não se lê um documento em 1 minuto. Não queremos atropelar o Regimento desta Casa. Hoje nos foi dado o prazo de 3 minutos, contudo, mais uma vez, ficaremos sem externar o conteúdo do citado documento aos companheiros e companheiras, aos valorosos trabalhadores representados por seus dirigentes.

Então, sucintamente, citarei os tópicos mais importantes desse documento e o farei chegar às mãos de cada Parlamentar aqui presente, para que eles o passem aos outros Parlamentares, enfim, a todos os representantes do Congresso Nacional.



Trata-se, na realidade, de uma denúncia do que ocorre nos quartéis e nos navios. Nem tudo é comemoração, Sr. Presidente, nem tudo podemos comemorar.

Vamos iniciar com a promessa do Digníssimo Coronel Henrique Cardoso, representante do Ministério da Defesa, que assegurou, na audiência realizada no dia 17 de junho, que o Ministério tem cumprido fielmente a lei e que os direitos serão preservados conforme a lei, que deve haver responsabilidade da autoridade no respeito à lei. Agora, nessa fase final de cumprimento da Lei da Anistia, estão ocorrendo fatos característicos de quem se acha com poderes para desrespeitar a Lei nº 10.559, de 2002.

Pasmem! Mais um pouquinho de paciência, Sr. Presidente. Nos últimos recadastramentos internos de dependentes anistiados da Marinha do Brasil, referem-se aos mesmos, após identificação NIP, posto de graduação, com a seguinte observação: fora da Marinha do Brasil. Isso significa que, mais uma vez, eles estão nos excluindo da Marinha. Teremos e temos de lutar contra isso.

Sr. Presidente, há algo mais aqui a mencionar, porém, vou encerrar dizendo o seguinte: para que a anistia seja dada a todo o povo brasileiro, à camada mais carente da sociedade, nós queremos que o Presidente do Senado — este é um recado ao Congresso Nacional — cumpra o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna de 1988, que determina que, no prazo de 1 ano, a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através da Comissão Mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Aproveito para externar, nesta ocasião, Sr. Presidente, nosso total apoio à CPI da Dívida Pública.



Sr. Presidente, falo em nome de todos os camaradas que lutam por um País melhor. Injustiça, nunca mais! Chega de discriminação, queremos uma Pátria livre, soberana e, por isso, lutamos e continuaremos a lutar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Agradeço ao Sr. José Alípio Ribeiro, Presidente da UMNA do Rio de Janeiro. Lamentamos, pois gostaríamos de ouvi-lo por mais tempo.

Peço a V.Sa. que depois nos entregue esse documento, para que possamos tirar cópia e distribuir aos Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Passamos a palavra, por 3 minutos, ao jornalista Jarbas Silva Marques, torturado político e representante do Grupo Tortura Nunca Mais de Goiás, do Brasil, especialmente do Instituto Histórico do Distrito Federal.

Com a palavra Jarbas Silva Marques, nosso querido Jarbinha.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Sr. Presidente, há 30 anos e 4 dias, subia por essas escadas aqui o Deputado Federal Antônio Modesto da Silveira. O Presidente Ulysses Guimarães e o Deputado Freitas Nobre foram até o Hospital Distrital visitá-lo —pelas tensões que viveu, teve uma úlcera perfurada. Ele, que era o maior defensor de presos políticos, defendeu 12 mil presos sem cobrar nada. Veio até aqui de cadeira de rodas, fez um esforço sobre-humano para subir esses degraus e encaminhar a Lei da Anistia. Ulysses Guimarães e Freitas Nobre deram a ele a honra merecida. Ele, assim como Heleno Fragoso, Osvaldo Mendonça, George Tavares e Evaristo de Moraes Filho foram sequestrados pelo DOI-CODI.

Eu estava sendo interrogado na 1ª Auditoria do Exército do antigo STM quando Antônio Modesto da Silveira, ao me defender das acusações de que eu era comandante militar de esquadras de assalto a banco, disse sobre essas denúncias contra mim que “denúncias eram denúncias”. No auge da matança, ele disse isso, o que provocou o seu sequestro, porque o atual Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, quando era major no quartel de Santa Maria, respondeu a 2 IPMs por desvio de comida de cavalo.

Aqui foi resgatada uma dívida com relação as mulheres, à Therezinha Zerbini. Os “torturas” também, no Brasil, se deve à luta das mulheres, foi a luta sequenciada das mulheres.



Basta ver o que foi feito. O pai da Sônia Angel, que era um Coronel do Exército, foi pedir o cadáver da sua filha — eles sumiram com o cadáver dela —, e o General Adir Fiúza de Castro, Comandante do Centro de Informação do Exército à época, mandou um cassetete como presente, para representar a forma como Sônia foi morta, empalada.

Antes, aqui se fez elogios à tal conciliação. Antes de se votar esta Lei de Anistia, Ernesto Geisel cassou 156 mandatos. Foram criados, com o Pacote de Abril, que fechou o Congresso por mais de 1 ano, Senadores biônicos, a fim de que fosse encaminhada uma Lei da Anistia em que eles tivessem total e plena votação numérica.

Sou um sobrevivente e assisti a inúmeras torturas. Sou um dos sobreviventes que sentiu no corpo o processo da evolução científica da tortura. Fui torturado aqui em Brasília pela equipe de Meira Matos, que chegou de São Domingos. Sofri 4 torturas no corpo. Fui afogado em tinas de urina e fezes no quartel dos Dragões da Independência.

Deputado Pedro Wilson, quando saí da prisão, V.Exa., que hoje preside a Mesa, foi um dos que me ajudou a me botar de pé, que pagou o médico para colocar ácido no fundo do meu ouvido para acabar com a minha surdez e eliminar os micróbios e os fungos provenientes de fezes e urina, por conta da tortura que sofri em Brasília. (*Palmas.*)

Assisti a mulheres sendo torturadas ao meu lado. Colocavam barata viva em suas vaginas. Fui torturado nu em frente a uma freira, fui torturado com animais. Há cerca de 20 dias, um genocida alemão com 92 anos foi preso na Itália pelos crimes que praticou há 70 anos.



Quando saí da prisão, e V.Exa., o Padre Pereira e o Rabelão me deram condições de eu ficar de pé, eu estava com 2 sobrinhos da Madre Maurina. No livro do Ustra, consta que ela era uma subversiva que tomava conta de um jardim de infância. Ela foi torturada, estuprada e engravidou, e a Igreja, por questões teológicas, não fez o aborto. A Igreja a levou para o México, e a criança hoje deve ter uns 40 anos de idade. Os sobrinhos dela eram meus amigos em Goiânia, meus contemporâneos em minha militância estudantil.

Pergunto se essas pessoas, esses homens que estupraram, que empalaram, que esquartejaram merecem contemplação. Esses crimes não constam nessa calhorda Lei da Anistia, por uma supremacia do poder militar. Não há legitimidade jurídica nem humanística.

O atual Ministro da Defesa e o advogado que responde pelos interesses da União não conhecem nem a história brasileira. Foi o Marechal Hermes, como Presidente, em 1914, que assinou os primeiros fundamentos antes da Convenção de Haia, abolindo a tortura.

Então não são esses, que são a extensão da ditadura no Ministério de Lula, que passam por cima de todos os convênios e acordos internacionais que o Brasil consagrou? A ditadura é imprescritível. Esses que sujaram a mão dos militares de sangue — só os militares estão conspurcados por esse sangue — estão aí ainda no poder. Foi uma ditadura civil e militar. Foi Delfim Netto que se reuniu com os empresários e estipulou que cada empresa desse 250 mil ao Ustra para pagar salário extra para assassino e torturador. Isso precisa de vir à tona.

O mesmo que recebeu esses documentos do Golbery é o que vive dizendo que nós recebemos a bolsa-ditadura. Bolsa-ditadura recebeu ele, que foi estudar na



Fundação Rockefeller. *(Palmas.)* Ele é que foi beneficiado pela bolsa-ditadura. Enquanto nós éramos mortos e torturados, ele estava lá gozando dos benefícios de quem financiou a ditadura. Quando eu estava na PE, que é a atualização do corredor da morte, a base de geladeira, Rockefeller, em 1969, veio fazer os acordos de atualização de repressão.

Sr. Presidente, uma das coisas mais terríveis da minha vida eu vivi nesta sessão. A democracia impõe sacrifícios muito grandes. V.Exa. conheceu, antes de nós irmos para Brasília estudar na UnB, o Paulinho. Eu sou o único sobrevivente da UnB. E a minha maior tristeza, ao lembrar esses 2 companheiros, Honestino e Paulo de Tarso Celestino, foi ouvir a voz aqui de um dedo-duro, de um informante da ditadura, a que infelizmente tive que assistir, em respeito à democracia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Agradeço ao historiador, jornalista e lutador este depoimento.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Passo a palavra ao Capitão José Wilson, interlocutor dos anistiados do Exército.

O SR. JOSÉ WILSON DA SILVA - Sr. Presidente, companheiro de todas as horas, serei breve, rápido e rasteiro.

Todos nós sabemos que, nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil fervilhava de entusiasmo por uma independência. Veio uma borrasca e ceifou todos os ideais de humanidade, de sociedade, de humanismo, enfim. Aquilo era um serviço aos interesses espúrios do Brasil. Como era uma grande mentira, caiu, teve um fim. Para que tivesse um fim, trataram os mandantes golpistas de fazer uma lei de retirada — militares sabem fazer a retirada coberta.

Alega-se que a Lei nº 6.683, de 1979, foi o possível a ser feito na época. Acreditamos nisso, e sabemos que foi o possível na época. Um Congresso mutilado só poderia votar uma lei possível na época. Foi cumprida também ainda pela estrutura da ditadura. Então, além de a lei ter sido escassa, perneta e manca, foi cumprida pela administração da ditadura.

Vimos a esta Casa e conseguimos o art. 4º da Emenda nº 26, numa situação melhorada de liberdade. O artigo foi pessimamente cumprido e, por isso, voltamos a esta Casa e conseguimos o art. 8º dos ADCT da Constituição Federal, feito por um Congresso Constituinte. O art. 8º deveria ter sido cumprido. Como havia resistência na administração, num período de transição, o art. 8º, Sras. e Srs. Deputados, foi também muito escassamente cumprido. Voltamos à Casa pela 4ª vez. A Câmara dos Deputados nos deu a Lei nº 10.559, de 2002.



Então, não podemos nos queixar de nada com relação ao Congresso Nacional, pois ele nos deu todas as leis que pedimos, o Congresso onde está a representação da Nação.

Temos, então, um ponto de resistência, que são os Executivos de qualquer época. A atual Lei nº 10.559, de 2002, está sendo resistentemente cumprida e essa é a principal razão de estarmos aqui. Ela está sendo cumprida com falhas e com má vontade por todos conhecida.

Como não posso me alongar, deixo um pedido às Sras. e aos Srs. Deputados presentes e ausentes. Listei hoje aqui a presença de 11 Deputados, o que já dá para formar uma bancada para a anistia. Que S.Exas. somem-se a nós, a fim de discutirmos por que o Executivo democrático do PT, que nós elegemos para cumprir uma lei que deveria representar o encerramento da novela da anistia, não a cumpre.

Deputado, deixo um convite a V.Exa. No dia 28 de setembro haverá um seminário no Ministério da Justiça, e V.Exa. tem de estar lá na primeira fila. Peço aos Deputados que nos ajudem a resolver esse imbróglio, que até hoje não está resolvido, porque os filhos e netos da ditadura estão nos escaninhos da administração.

Se o Governo atual é democrático, se os partidos são os nossos — PSOL, PCdoB, PDT, PT, PMDB, Deputado Mauro Benevides, que é do PMDB —, há bancada suficiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Muito obrigado ao Capitão José Wilson, representante dos anistiados do Exército.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Sr. Manoel Anísio, interlocutor dos anistiados civis.

Peço desculpas a todos por disporem de pouco tempo. Gostaríamos de ouvir mais esses depoimentos, que são muito importantes para nós, Deputados, principalmente para mim e para os Deputados Chico Alencar e Luiz Couto. Fomos nós que propusemos esta sessão solene em busca da verdade.

O SR. MANOEL ANÍSIO GOMES - Companheiros e companheiras, em primeiro lugar, saúdo os companheiros Presidente, Deputado Pedro Wilson, e os Deputados Chico Alencar e Luiz Couto, autores do requerimento para realização desta sessão.

Há alguns instantes, alguns companheiros lembravam que desta mesma tribuna foi discutido se se dava ou não licença para processar o então Deputado Márcio Moreira Alves. Esta tribuna também foi utilizada pelo nosso saudoso companheiro Mário Covas, àquela época do MDB. Vira e mexe, a *TV Câmara* exhibe o filme sobre esse assunto. Às vezes começo a assistir ao filme pela metade, às vezes desde o início, mas não deixo de ver até terminar. Ele é muito bom para revivermos aquele tempo e nos ensinar a como educar nossa juventude sobre o que foi a ditadura em nosso País.

Uma outra coisa que quero deixar registrada aqui é a presença do valoroso companheiro José Ferreira de Souza, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo (*palmas*) e que apresentou um projeto de resolução em 2005. Todos os anos, no dia 28, se não houver sessão aqui, comemora-se em São Bernardo do Campo. Até aguardaram para saber se a Mesa desta Casa vai ou não



programar alguma coisa. Como só programou para hoje, o último dia, fizemos em São Bernardo uma linda sessão.

Ao mesmo tempo, quero dizer que esta sessão só não está lotada porque fomos pegos no contrapé. Estamos na expectativa de trazer os companheiros para participar do seminário. Espero em Deus que estejamos vivos no ano que vem para, no dia 28 de agosto, ou no dia em que S.Exas. convocarem — já fica o pedido aos companheiros Chico Alencar, Pedro Wilson e Luiz Couto —, marcarmos nosso ponto aqui e lotarmos este plenário, se Deus quiser.

Também quero dizer que Renata Jambeiro, a companheirinha que nem era nascida naquela época, fez muita gente chorar. Como recordar é viver, a música *O Bêbado e a Equilibrista*, que ela cantou — no final ela não esqueceu a letra, mas se emocionou —, foi cantada para nós, a peãozada metalúrgica do ABC, nos velhos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, onde Mazzaropi fez vários filmes, entre eles *O Cangaceiro*. Companheiros, Elis Regina era viva naquela época e cantou para nós. Havia 10 mil pessoas nos 2 ginásios da Vera Cruz. O autor dessa música, o companheiro João Bosco, estava presente, Milton Nascimento também e outro companheira nossa de *jazz*, de quem me esqueci o nome, porque estou emocionado também. Naquela tarde se cantou a troco de qualquer coisa, como mantimento ou dinheiro, para manter nossa greve. Tem tudo a ver a presença dessa companheira nesta sessão solene.

Gostaria também de dizer que este Parlamento, esta Casa, em que pese tudo que possa ocorrer, sempre que a procuramos, nos deu e nós dá respaldo. Companheiro, sou da turma mais jovem da luta pela anistia. Corro esta Esplanada



há 17 anos para aprovar a regulamentação do art. 8º do ADCT. Em momento algum, nesta Legislatura ou em outras, V.Exas. nos deixaram na mão.

Por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou da Comissão Mista, ao apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.151, 2.152, 2.153, a Medida Provisória nº 65, convertida na Lei nº 10.559, de 2002, a Medida Provisória nº 300, de 2006, que possibilitou a reparação, convertida na Lei nº 11.354, de 2006, os senhores se fizeram presentes, independentemente de cor partidária — Oposição ou Situação.

Hoje nós estamos numa encruzilhada, com um monte de problemas no âmbito da Comissão de Anistia, sobre a aplicação da Lei da Anistia. O que ocorre lá? O art. 8º do ADCT simplesmente foi banido da nossa verdinha, da nossa Constituição, de 5 de outubro de 1988. Lá está quase como na época em que nossos processos estavam no âmbito do Ministério da Previdência, quando se tirava direito de anistiados até com resolução. Resolução não, minto, até com memorando — memo, como eles falam. Um tal de 113, lá atrás.

Hoje, no âmbito da Comissão de Anistia, continuamos sendo torturados psicologicamente. Na prática viramos indigentes, companheiro. O art. 8º do ADCT não é cumprido; a Lei nº 10.559, de 2002, não é cumprida, principalmente seu art. 6º, § 1º. O que ocorre? Lá ninguém sabe quem é metalúrgico, qual é a função que exercia, se era petroleiro, bancário, comerciário, motorista de ônibus. Tiraram nossa referência, porque quem é metalúrgico tem orgulho de ser metalúrgico. Não é só na luta do pré-sal e do petróleo é nosso, não! Quem é petroleiro tem orgulho de ser petroleiro. (*Palmas.*) Cada um dos companheiros das Forças Armadas tem orgulho de mostrar sua carteira, de mostrar a Força a que pertence. No entanto, tudo isso



está sendo jogado na lata do lixo no âmbito da Comissão de Anistia. Fomos chamados para fazer um seminário e vamos ter uma reunião com o Dr. Paulo Abrão. Tivemos uma agora há pouco e vamos ter outra amanhã.

Eu espero que o Governo respeite a Lei nº 10.559, de 2002 (*palmas*), porque, quando o Presidente Lula assumiu o primeiro e o segundo mandatos, jurou cumprir a Constituição. Se qualquer Ministro ou assessor de escalão mais baixo de S.Exa. descumpri-la, não serão eles que estarão descumprindo, mas o companheiro Lula. Nós não estamos cobrando de Lula, estamos cobrando do Estado brasileiro os danos que causou a mães e filhos desses companheiros que estão aqui. Muitos estão morrendo. O companheiro Abdias nós enterramos hoje. Outros tantos companheiros nem sequer tiveram reparação. No caso da aposentadoria excepcional, na substituição do regime na integralidade, eles estão passando a régua e concedendo do jeito que vem do INSS. Não respeitam mais os dissídios das categorias profissionais, as convenções coletivas.

Então, nós pedimos aos companheiros Deputados que aqui estão a prorrogação do prazo da CEANIST (*palmas*), que vai vencer no dia 30 de setembro, se não me falha a memória. Que os companheiros, junto conosco, nos ajudem a articular, para que nossa luta se mantenha viva nesta nossa Casa, a Casa de leis, o nosso Congresso Nacional. Se V.Exas. estiverem ao nosso lado, Governo nenhum vai passar rolo compressor por cima de nós.

Agradeço e espero em Deus que no ano que vem possamos lotar este plenário.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Obrigado, Sr. Manoel Anísio, interlocutor das entidades civis.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Muito obrigado a todos que falaram nesta sessão: Capitão José Wilson, Jarbas, José Alípio, Adelino. Uma salva de palmas a todos. Gostaríamos de ter ouvidos todos vocês. Peço desculpas às pessoas que não puderam falar, mas a luta continua.

Quero parabenizar os Deputados Luiz Couto e Chico Alencar e todos os Parlamentares aqui presentes. Agradeço a presença ao Dr. Carlos Moura e a todos os demais.

Anistia ampla, geral e irrestrita! Luta pela liberdade, democracia e cidadania!

Um abraço a todos. (*Palmas.*)



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Wilson) - Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 42 minutos.)